



II Diálogos Acadêmicos:

Orgulho, ciência e resistência

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃO – UNIFESO
DIREÇÃO ACADÊMICA CIÊNCIAS HUMANAS
E TECNOLÓGICAS

II SEMINÁRIO DIÁLOGOS ACADÊMICOS
ORGULHO, CIÊNCIA E RESISTÊNCIA

CURSO DE PSICOLOGIA
ANAIS DE EVENTO

TERESÓPOLIS – RJ
2026

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Presidente

Jorge Farah
Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva
Secretário

Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha
José Luiz da Rosa Ponte
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa
Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes
Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva
Direção de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta
Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira
Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Verônica Santos Albuquerque
Reitora

Roberta Montello Amaral
Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Mariana Beatriz Arcuri
Direção Acadêmica de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim
Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa
Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro
Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP

Edenise da Silva Antas
Direção

Copyright© 2025
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral (Presidente)
Jucimar André Secchin (Coordenador de Pesquisa)

Conselho Editorial e Deliberativo

Roberta Montello Amaral
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Formatação

Matheus Moreira Nogueira

Capa

Gerência de Comunicação

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.

II Seminário Diálogos Acadêmicos – Orgulho, Ciência e Resistência [do]
Curso de Psicologia: Anais de evento / Centro Universitário Serra dos Órgãos. –
Teresópolis: UNIFESO, 2026.
53 f.

ISBN: 978-65-5320-086-9

1. Comunicação e Divulgação Científica. 2. Minorias Sexuais e de Gênero. 3.
Psicologia. 4. Anais. 5. Unifeso. I. Título.

CDD 306.76

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

ORGANIZAÇÃO

Bruno da Silva Campos
Cleber Michel Ribeiro de Macedo
Mateus Neto dos Reis
Mirelli Aparecida Neves Zimbrão
Raphael Curioni Raia

ESTUDANTES MEDIADORES

Angelica Borges de Lima
Douglas da Silva Pereira de Oliveira
Eduardo Itaboray da Cruz
Emilly Pimentel Ribeiro
Gabriella Martins Guerra Itaboraí
Victoria G. S. B. Pradera

PARECERISTAS

Cleber Michel
Diego Prata
Flavia Noro de Lima
Heverton Muniz
Juliana Raquel Muzzi de Moraes
Mateus Reis
Mirelli Aparecida Neves Zimbrão
Tatiana Couto de Figueiredo
Victor Claudio Oliveira
Yuri Oliveira

APOIO

Centro de Cidadania LGBTI Serrana II
Coletivo LGBTerê
Gruda – UNIFESO
Núcleo de estudos, diagnóstico e ações em saúde (NDS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
--------------------------	----------

GT1 – POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E DIREITOS CIVIS

O USO DO BANHEIRO POR TRABALHADORES TRANS	11
--	-----------

Michel de Medeiros Coelho

JUSTIÇA PARA UM CUIDADO JUSTO: DESMONTANDO MÁQUINAS PATOLOGIZANTES EM NOME DO DIREITO AO DESEJO HOMOSSEXUAL	12
--	-----------

Mateus Neto dos Reis Psicólogo; Leonardo Rocha Lupi Jornalista; Daniel Soares Saraiva de Castro Mattos; Luna Maria da Silva Dias de Freitas

DIREITO À PARENTALIDADE E SEGURIDADE TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A GESTAÇÃO E MATERNAGEM POR PESSOAS TRANS	13
--	-----------

Queila Feriano Geraldo da Cruz

O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E AS BARREIRAS PSICOSSOCIAIS NA ADOÇÃO POR PESSOAS LGBTQIAPN+	14
---	-----------

Davy Pereira Borges; Gustavo da Cruz Pinheiro; Queila Feriano Geraldo da Cruz

PELO DIREITO DE TER UM PASSADO: ARTE, FABULAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA LÉSBICA	15
--	-----------

Victoria G. S. B. Pradera

A RAIVA QUE ME (NOS) MOVE: ENSAIO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA LÉSBICA RACIALIZADA ..	16
---	-----------

Victoria G. S. B. Pradera

PELO BRILHO DA TV: CODIFICAÇÃO QUEER E REPRESENTAÇÃO NO AUDIOVISUAL.....	17
---	-----------

Victoria G. S. B. Pradera; Kairu Suet

A DUPLA INVISIBILIDADE: PESSOAS SURDAS LGBTQIAPN+ E A LUTA POR RECONHECIMENTO, DIREITOS E PROTEÇÃO.....	19
--	-----------

Saulo Maia Pinto; Igor Leoncio da Silva Miranda

TERRITÓRIOS, INVISIBILIDADE E PERTENCIMENTO: OS DESAFIOS DO ENVELHECER NA POPULAÇÃO TRANS, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS	20
--	-----------

Pábulo da Silva Costa; Dr. Diogo Fagundes pereira

GT2 – SAÚDE COLETIVA DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

NOÇÕES SOBRE O APLICATIVO DE RELACIONAMENTO “GRINDR” PARA O TRABALHO DO PSICÓLOGO	23
--	-----------

Cleber Michel Ribeiro de Macedo; Michel de Medeiros

PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DIANTE DO CRESCIMENTO DE COMPORTAMENTOS SUICIDAS E INCIDÊNCIAS DE AUTOLESÃO NA POPULAÇÃO TRANS JOVEM.....	24
---	-----------

Gisele Cristina Graciana França; Jacqueline Calazans Ferreira; Pábulo Costa; Suzana Alves de Freitas

GT3 – QUESTÕES PSICOSSOCIAIS LGBTQIAPN+

CORPOS EM RESISTÊNCIA: OS IMPACTOS DA CISHETERONORMATIVIDADE NA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA EXPERIMENTADA PELA POPULAÇÃO TRANSEXUAL 27

Júlia Plantz Galhardo; Bruno da Silva Campos; Elissom dos Santos Marinho; Emily Marinho Batista

ESTRESSE DE MINORIAS E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE HOMENS GAYS 28

Cleber Michel Ribeiro de Macedo; Michel de Medeiros Coelho

COMO AS TDICS INTERFEREM NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ 29

Hevelin Gonçalves Siqueira; Cleber Michel Ribeiro de Macedo

MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: TDICS E PRODUÇÃO DE IDENTIDADE LGBTQIA+ 30

Vitória da Silveira da Motta; Vitória Pastorino de Almeida da Silva

TRANSIÇÃO DE GÊNERO: DESAFIOS, DIREITOS E CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA 31

Saulo Maia Pinto; Maria Cristina Pimentel Menezes Lima

LIGA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO MEIO ACADÊMICO 32

Léo Machado Dias; Wesley Ximenes Cardoso; Clévia Fernanda Sies Barboza

ESCREVER É EXISTIR: PRODUÇÃO NARRATIVA E ELABORAÇÃO DA SUBJETIVIDADE HOMOAFETIVA EM NOS JARDINS DO PASSADO 33

Douglas da Silva Pereira de Oliveira; Claudia de Lima Ribeiro

REPRESENTATIVIDADE TRANSGÊNERO NA PUBLICIDADE E A CONSTRUÇÃO DA AUTOESTIMA 34

Margarete Ribeiro Tavares; Telma de Amorim Freitas Silva; André Veras da Silva; Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira; Isadora Marie Jaron; Warley Batista Trancoso

A EVASÃO SILENCIOSA DE TALENTOS LGBT+ NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL 36

Margarete Ribeiro Tavares; Maurício Alessandro de Paula Ferreira; Ana Maria Eva Inácia da Silva; Dárlí Aparecida Mizael Araujo

XICA MANICONGO, CORPO TRAVESTI, TRAVESTIDA DE DISSIDÊNCIA: FISSURA, RESISTÊNCIA, REEXISTÊNCIA E COLONIALIDADE DO GÊNERO NO BRASIL COLONIAL 38

Diogo Fagundes Pereira; Andrea Menge Silva da Rocha e Reis; Karlos Raphael Machado de Faria

VIVÊNCIA LGBTQIAPN+ EM TERESÓPOLIS: CARTOGRAFIA PARA (R)EXISTIR NA SERRA 39

Renata Volpe Hungerbühler Pessoa; Samara de Oliveira Ferraz

TENSÕES ENTRE A CLÍNICA PSICANALÍTICA E A TEORIA QUEER: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE 40

Luna Maria da Silva Dias de Freitas

VIVÊNCIA DE DATAS COMEMORATIVAS (COMO O NATAL) EM PESSOAS LGBTQIA+ NÃO ACEITAS PELA FAMÍLIA 41

Rafaella Gaudencio da Silva Botelho

USO DE PSICOTRÓPICOS ENTRE USUÁRIOS LGBTQIAPN+ DO SPA DO UNIFESO: UM RECORTE DOCUMENTAL.....	42
<i>Suzana Alves de Freitas; Camille Lippi; Mirelli Aparecida Neves Zimbrão; Georgia Rosa Lobato; Bruno da Silva Campos; Heverton de Souza Muniz</i>	
O DIREITO DE EXISTIR E DIZER SUA PALAVRA: CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS PARA O ACOLHIMENTO DA JUVENTUDE LGBTQIAPN+ NO CONTEXTO ESCOLAR	43
<i>Melise Couto Bum de Oliveira</i>	
ENTRE PSICOLOGIAS E SUBJETIVIDADES	44
<i>Profa. Renata Tavares da Silva Guimarães, docente; Adriana de Barros Lopes; Patrícia Duarte Peres, discentes</i>	
QUEM ACESSA O CUIDADO? UM ESTUDO SOBRE USUÁRIOS LGBTQIAPN+ EM CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA	45
<i>Leda Marina Borgese d'Aguila; Isabela Fernandes Santiago; Mirelli Aparecida Neves Zimbrão; Bruno da Silva Campos; Geórgia Rosa Lobato; Heverton de Souza Muniz</i>	
NARRATIVAS DO ENVELHECER LGBTQIAPN+ NO INSTAGRAM: O DESAFIO DE SER QUEM SE É....	46
<i>Bruno Leonardo da Cruz Freitas; Bruno da Silva Campos</i>	
O ARMÁRIO DAS IDENTIFICAÇÕES E O DESEJO ALÉM DA NORMA.....	47
<i>Jefferson Ribeiro de Araujo</i>	
NARRATIVAS DO ENVELHECER LGBTQIAPN+ NA CONTEMPORANEIDADE DIGITAL: DADOS PRELIMINARES DO REDDIT.....	48
<i>Maria Clara Bessa Ribeiro; Bruno da Silva Campos</i>	
MINI CURRÍCULO DOS AUTORES	49



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do II Seminário Diálogos Acadêmicos: Orgulho, Ciência e Resistência, realizado pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), em Teresópolis/RJ. O evento reafirma o compromisso institucional com uma formação crítica, ética e socialmente comprometida, promovendo espaços de diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e comunidade em torno das questões relacionadas às diversidades de gênero e sexualidade.

Nesta segunda edição, o seminário consolidou-se como um importante espaço de produção e compartilhamento do conhecimento científico, reunindo estudantes, docentes, pesquisadores, profissionais e representantes da sociedade civil em uma programação composta por cine-debates, rodas de conversa, apresentações culturais, conferências e sessões de comunicação científica. A diversidade de atividades refletiu a compreensão de que a ciência se fortalece quando dialoga com diferentes saberes, experiências e formas de resistência.

Os trabalhos reunidos neste caderno de anais evidenciam a pluralidade temática e metodológica das produções apresentadas. Os resumos abordam questões relacionadas aos direitos humanos, saúde mental, políticas públicas, educação, trabalho, envelhecimento, tecnologias digitais, violências, produção de subjetividades, clínica psicológica, interseccionalidades e processos de resistência da população LGBTQIAPN+, demonstrando o vigor da produção acadêmica contemporânea e sua articulação com os desafios sociais do nosso tempo.

Nesta edição, embora os trabalhos tenham sido organizados em três Grupos Temáticos (GTs), optou-se por distribuir as apresentações ao longo dos diferentes turnos da programação. Essa organização permitiu que participantes, autores e ouvintes acompanhassem produções de todos os grupos temáticos, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos e ampliando as possibilidades de diálogo entre diferentes áreas e perspectivas de investigação. Além disso, foi incorporado um turno de apresentações on-line, ampliando o alcance do evento e possibilitando a participação de autores provenientes de municípios vizinhos, fortalecendo a integração regional e a democratização da divulgação científica.

Mais do que registrar a produção científica apresentada durante o seminário, esta publicação preserva reflexões que reafirmam o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento comprometido com a democracia, os direitos humanos e a valorização da diversidade. Os estudos aqui reunidos expressam o empenho de pesquisadores em compreender criticamente a realidade, produzir evidências científicas e contribuir para a construção de práticas profissionais cada vez mais éticas, inclusivas e socialmente responsáveis.

A Comissão Organizadora agradece aos autores, pareceristas, docentes, estudantes mediadores, convidados e instituições parceiras que tornaram possível a realização deste evento. O envolvimento coletivo de todos reafirma que a construção do conhecimento é um processo compartilhado, sustentado pelo diálogo, pela pluralidade de perspectivas e pelo compromisso com a transformação social.

Esperamos que estes anais constituam não apenas um registro das apresentações realizadas, mas também uma fonte de consulta, inspiração e incentivo para novas pesquisas, fortalecendo redes de colaboração e estimulando a continuidade das discussões iniciadas durante o II Seminário Diálogos Acadêmicos: Orgulho, Ciência e Resistência.

Prof. Dr. Bruno da Silva Campos

II Seminário Diálogos Acadêmicos – Orgulho, Ciência e Resistência
Curso de Psicologia – UNIFESO

NOW OR NEVER



GTI - POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

E DIREITOS CIVIS



O USO DO BANHEIRO POR TRABALHADORES TRANS

Michel de Medeiros Coelho

Problema investigado: A Justiça do Trabalho tem reconhecido o direito de pessoas transgênero utilizarem o banheiro conforme sua identidade de gênero. Apesar disso, a legislação federal ainda não trata expressamente do tema, existindo locais que proíbem o uso de acordo com a identidade de gênero ou adotam um terceiro banheiro, reforçando a segregação desse grupo. Contudo, impedir o acesso ao banheiro de acordo com a identidade de gênero viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, entre outros direitos (Sento-Sé, 2024). Além disso, as políticas públicas voltadas à população trans costumam priorizar a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, deixando em segundo plano a inclusão nas escolas e no mercado de trabalho. Essa exclusão evidencia a transfobia estrutural e perpetua a violência institucional (Signorini, 2025). Objetivos: Evidenciar a violência institucional sofrida por pessoas transgênero no ambiente de trabalho diante da ausência de previsão legal que assegure o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, problematizando, nesse contexto, os desafios institucionais para inclusão e apresentando julgados que demonstram o posicionamento da Justiça do Trabalho favorável ao uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Método de análise: Este estudo é uma revisão bibliográfica sobre o uso do banheiro por pessoas transgênero no ambiente de trabalho. Para isso, utiliza-se o método do estado da arte, considerando artigos relevantes e recentes sobre o tema, publicados nos últimos cinco anos. Conclusões: A falta de políticas públicas inclusivas, especialmente no que se refere ao uso do banheiro no ambiente de trabalho, realça a discriminação e o preconceito contra pessoas trans. Também revela a dificuldade das instituições em tratar o tema, demonstrando a necessidade de letramento nas relações com pessoas trans. É urgente a definição legal federal sobre o tema.

Palavras-chave: Banheiro; Trabalho; Transgênero.

REFERÊNCIAS

SENTO-SÉ, Jairo Ramos. (Im) possibilidade de o instrumento coletivo negociado proibir o uso de sanitário pelos empregados transgêneros de acordo com sua identidade de gênero: limites da prevalência do negociado sobre o legislado. *Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual*, Salvador, n. 293, 2024. Disponível <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/9284>. Acesso em: 16 mai. 2026.

SIGNORINI, Guilherme Barberato. A abjeção do corpo transsexual / travesti no âmbito trabalhista brasileiro: a negação do uso do banheiro enquanto ferramenta de opressão. 2025. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025. Disponível <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/48027>. Acesso em: 16 mai. 2026.

JUSTIÇA PARA UM CUIDADO JUSTO: DESMONTANDO MÁQUINAS PATOLOGIZANTES EM NOME DO DIREITO AO DESEJO HOMOSSEXUAL

*Mateus Neto dos Reis Psicólogo
Leonardo Rocha Lupi Jornalista
Daniel Soares Saraiva de Castro Mattos
Luna Maria da Silva Dias de Freitas*

O presente trabalho toma como dispositivo de análise um episódio do programa Cidadania, veiculado na TV Senado em 2019. O programa levou ao ar um debate entre Pedro Paulo Bicalho, psicólogo e então representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e Rozângela Justino, à época psicóloga e representante do movimento Psicólogos em Ação. Na ocasião, duas linhas discursivas radicalmente distintas se pronunciaram em torno do tema das terapias de conversão sexual, popularmente conhecidas como “cura gay”. Considerando a direção ético-política afirmada na crítica ao ímpeto de neutralidade na produção de conhecimento, nos agenciamos ao discurso (Deleuze, Guattari, 1995) que defende o cuidado em liberdade, avesso às amarras de classificações patológicas da homossexualidade, em consonância com a Resolução nº 01/1999 do CFP e que, no Cidadania, é vocalizado por Pedro Paulo Bicalho. A partir disso, problematizamos elementos presentes no discurso de Rozângela Justino, cientes de que a racionalidade nele inscrita segue sendo atualizada no contemporâneo, a despeito — ou mesmo como reação — aos avanços nos direitos civis da população LGBTQ+. Analisamos o discurso representado por Justino a partir de três eixos: (i) o verniz de cientificidade que busca conferir autoridade ao pensamento conservador; (ii) a intensificação da individualidade como forma de legitimar a demanda por conversão sexual; e (iii) a queixa de perseguição associada à prática religiosa. Em contraposição a essa modalidade de intervenção, pautada na conversão e produtora de violências, defendemos a garantia de direitos e o acolhimento como diretrizes do cuidado efetivo, em consonância com a construção da Psicologia como ciência e profissão comprometida com a realidade social.

Palavras-chave: homossexualidade; patologização; direito civil.

DIREITO À PARENTALIDADE E SEGURIDADE TRABALHISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A GESTAÇÃO E MATERNAGEM POR PESSOAS TRANS

Queila Feriano Geraldo da Cruz

O presente trabalho investiga as lacunas e as possibilidades de interpretação do ordenamento jurídico trabalhista brasileiro no que tange à gestação e amamentação por pessoas trans. O problema central reside na colisão entre a letra fria da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que atribui direitos como a licença-maternidade e o intervalo para amamentação exclusivamente à figura da “mulher” ou “mãe”, e a realidade de homens trans gestantes ou mulheres trans que, mediante tratamento hormonal e medicamentoso, exercem a lactação. O objetivo geral é analisar se o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) garante a esses corpos o acesso pleno aos direitos previstos nos artigos 391 a 400 da CLT. Metodologicamente, a pesquisa utiliza a revisão bibliográfica e a análise jurisprudencial, com ênfase no princípio da dignidade da pessoa humana e na proibição do retrocesso social. Conclui-se, preliminarmente, que a proteção à maternidade e à paternidade deve ser desatrelada do sexo biológico, sendo entendida como uma proteção ao desenvolvimento do infante e à autonomia reprodutiva. O reconhecimento jurídico da identidade de gênero exige que os direitos trabalhistas acompanhem a transição do indivíduo, garantindo ao homem trans gestante o direito à estabilidade provisória e à licença integral, bem como o direito ao intervalo para amamentação a todos os corpos capazes de realizar tal função, sob pena de violação ao princípio da igualdade e configuração de discriminação indireta no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Direitos Trabalhistas; Identidade de Gênero; Parentalidade Trans.

O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E AS BARREIRAS PSICOSSOCIAIS NA ADOÇÃO POR PESSOAS LGBTQIAPN+

*Davy Pereira Borges
Gusttavo da Cruz Pinheiro
Queila Feriano Geraldo da Cruz*

O presente trabalho analisa o hiato existente entre a igualdade jurídica formal e as barreiras psicossociais que permeiam o processo de adoção por pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido, em 2011, a união homoafetiva como entidade familiar e, conseqüentemente, a plena capacidade jurídica de adoção, a prática cotidiana nos tribunais e o imaginário social ainda apresentam entraves que impactam negativamente essas famílias. O problema investigado reside na persistência de estereótipos que questionam a capacidade parental desses indivíduos, gerando o que se denomina “preconceito institucional”. O objetivo geral é identificar como a ausência de uma educação para a diversidade e orientação sexual no sistema de justiça e nos órgãos de assistência social reflete no prolongamento dos processos de habilitação e na exclusão simbólica de novos modelos de parentalidade. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica interdisciplinar, cruzando o Direito da Criança e do Adolescente com conceitos da Psicologia Social. Conclui-se, de forma preliminar, que a igualdade legal não é suficiente para mitigar o estigma. É imperativo o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação para a diversidade e o acolhimento psicológico especializado, a fim de garantir que o princípio do melhor interesse da criança não seja instrumentalizado pelo preconceito, mas sim pela promoção de vínculos afetivos saudáveis e seguros, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero dos adotantes.

Palavras-chave: Adoção Homoafetiva; Barreiras Psicossociais; Direitos Civis.

PELO DIREITO DE TER UM PASSADO: ARTE, FABULAÇÃO E IDENTIDADE NEGRA LÉSBICA

Victoria G. S. B. Pradera

A construção de identidade está profundamente atravessada pela possibilidade de se reconhecer em uma narrativa histórica. No entanto, não são todos que têm acesso ao passado dos seus; no caso de mulheres lésbicas negras, essa busca é marcada por lacunas e silenciamentos. Essa escassez de registros não é mera coincidência, mas resultado de um processo histórico que privilegia determinadas existências em detrimento de outras, especialmente aquelas que desafiam simultaneamente estruturas de raça e gênero. Não é apenas uma ausência, mas a predominância de narrativas que invisibilizam essas vivências e restringem suas formas de representação. Diante desse cenário, emerge uma questão central: como construir identidade quando o passado foi negado? Este trabalho propõe que a fabulação, entendida como prática estética e política, constitui uma estratégia fundamental para a produção de memória e para a afirmação da identidade lésbica negra. Para isso, realiza-se uma análise teórico-conceitual articulada à análise do pseudodocumentário *The Watermelon Woman* (DUNYE, 1996), dirigido por Cheryl Dunye, que oferece um potente ponto de partida. No longa, a diretora interpreta uma jovem cineasta negra e lésbica que investiga a vida de uma atriz negra dos anos 1930, conhecida apenas como “Watermelon Woman”. Ao longo de sua pesquisa, a protagonista enfrenta dificuldades para encontrar registros consistentes, evidenciando o apagamento histórico de mulheres racializadas e lésbicas. O filme, que tem como frase final “Às vezes, você precisa criar sua própria história”, embaralha as fronteiras entre verdade e ficção e evidencia que, quando inexiste uma referência factual, a ficcionalização se legitima como forma de registro e produção de memória. Portanto, o que entendemos como registro histórico não é neutro, o que permite afirmar a fabulação como estratégia para acessar verdades negadas. Nesse sentido, a noção de biomitografia, formulada por Audre Lorde (1982), torna-se central. Ao articular biografia, mito e história, Lorde propõe uma escrita que extrapola os limites do factual, perpassando dimensões subjetivas e imaginativas. Em diálogo com essa perspectiva, o conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo (2014), amplia a compreensão da relação entre memória e identidade ao propor uma escrita ancorada na experiência vivida de mulheres negras. Essa abordagem também se articula ao conceito de fabulação crítica de Saidiya Hartman (2008). Ao lidar com registros históricos marcados pela violência e pela ausência de informações sobre vidas negras, Hartman propõe a criação de narrativas a partir de fragmentos e lacunas. A fabulação crítica, nesse sentido, não busca preencher o vazio de maneira arbitrária, mas tensionar o que foi documentado e aplicar humanidade e complexidade onde houve apagamento. Assim, compreende-se que a ausência de registros não implica ausência de existência, mas revela os mecanismos que controlam o que pode ser lembrado. Nesse contexto, a ficcionalização surge como prática de resistência que desafia a autoridade da historicidade, propondo outras formas de relação com o passado. Assim, a identidade lésbica negra pode ser pensada como uma construção entre ausência e invenção, e a fabulação constitui um elemento central nesse processo, permitindo a afirmação de existências historicamente silenciadas, sendo não é apenas imaginar de forma arbitrária, mas recusar o apagamento e reivindicar o direito de ter um passado.

Palavras-chave: lesbianidade negra; apagamento; fabulação

REFERÊNCIAS

- DUNYE, Cheryl. *The watermelon woman*. Estados Unidos: First Run Features, 1996.
 EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
 HARTMAN, Saidiya. *Venus in two acts*. Small Axe, n. 26, p. 1–14, 2008.
 LORDE, Audre. *Zami: a new spelling of my name*. Berkeley: Crossing Press, 1982.

A RAIVA QUE ME (NOS) MOVE: ENSAIO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA LÉSBICA RACIALIZADA

Victoria G. S. B. Pradera

A raiva sempre fez parte de mim. Ouso dizer que é o sentimento que mais está presente em meu dia a dia. Entendo que quando digo isso, frequentemente serei associada como alguém que beira o descontrole, porém, o que sinto é uma resposta direta às minhas experiências atravessadas por relações de poder que articulam os atravessamentos de meu corpo lésbico e racializado no mundo. O presente trabalho, portanto, busca investigar a raiva em mulheres como eu: negras e lésbicas. De que modo ela pode ser compreendida não como excesso ou falha, mas como uma forma legítima de leitura do mundo e de produção de ação política? Pretendo, também, compreender como a heterossexualidade compulsória e o racismo operam na regulação das emoções; analisar os mecanismos de silenciamento que atravessam a expressão da raiva e discutir suas possibilidades de transformação. Para buscar respostas para essas questões que tanto me atravessam, realizei uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-reflexivo, articulada a partir de revisão bibliográfica e de uma escrita ensaística em primeira pessoa. A análise se apoia, sobretudo, nos ensaios *Usos da raiva: mulheres negras reagem ao racismo* e *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, de Audre Lorde, bem como na obra *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba. A escolha por uma escrita que articula experiência e teoria fundamenta-se na compreensão de que a produção de conhecimento, nesse campo, não se dissocia das vivências situadas, mas se constrói a partir delas. Como resultado, encontrei que a raiva, historicamente associada à irracionalidade e ao perigo quando expressa por mulheres negras, é sistematicamente silenciada e reinterpretada por estruturas opressoras que delimitam quem pode falar e ser ouvido; nesse caso, o nosso sentir é frequentemente transpassado por estereótipos que o associam à agressividade ou descontrole, operando como mecanismo de deslegitimação. Portanto, conforme argumenta Audre Lorde, a raiva emerge como resposta legítima a tais opressões, podendo ser mobilizada como ferramenta de transformação. Em diálogo, Grada Kilomba evidencia que o silenciamento imposto a essas mulheres delimita quem pode falar e ser ouvido, o que torna a transformação desse afeto em linguagem um gesto político fundamental. Assim, no contexto das experiências racializadas e LGBTQ+, a raiva não deve ser interpretada como um afeto negativo a ser contido, mas como uma forma de elaboração crítica da realidade. Quando reconhecida e articulada, deixa de operar apenas como reação individual e passa a constituir-se como prática coletiva de resistência, evidenciando sua centralidade na produção de linguagem, existência e ação política. Nesse sentido, esse encontro teórico com Lorde e Kilomba foi essencial para mim; compreender e reconhecer em mim uma potência que experiencio, e ver não como algo negativo que deve ser modificado, mas como um afeto que me atravessa e me constitui enquanto mulher lésbica racializada. Ao nomeá-la, seu lugar se desloca: de descontrole para linguagem, de excesso para ação. Assim, a raiva que me acompanha deixa de ser apenas resposta e passa a se afirmar como um movimento, que articula o individual e o coletivo: uma força que não apenas reage ao mundo, mas que o transforma.

Palavras-chave: raiva; lesbianidade; racialização.

REFERÊNCIAS

- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider: Ensaios e conferências*. Autêntica, 2019.

PELO BRILHO DA TV: CODIFICAÇÃO QUEER E REPRESENTAÇÃO NO AUDIOVISUAL

Victoria G. S. B. Pradera
Kairu Suet

A experiência da identificação identitária mediada pelo audiovisual é central na constituição de pessoas que se encontram na dissidência de gênero e/ou de sexualidade. No filme *Eu vi o Brilho da TV*, as personagens principais (Maddy e Owen) constroem suas identidades, personalidades e alteridades, através dos subtextos de um programa televisivo, que traz percepções de pertencimento sentidas, mas quase nunca nomeadas. Em um raro momento do filme, onde há uma conversa mais direta sobre sexualidade, Maddy declara gostar exclusivamente de mulheres, e pergunta a Owen se ele gosta de meninos, e ele responde: “Eu acho que gosto de programas de TV” (2024, 00:32:07). Então, o presente trabalho busca entender os modos dos quais a codificação queer -queer coding- opera não só na dimensão subjetiva da identificação pessoal, mas também como mecanismos de controle simbólico dessas identidades. Esse resumo busca analisar a codificação queer em produções audiovisuais, considerando seus efeitos na representação e na produção de sentido. Para isso, adota-se como método uma análise teórico-conceitual, articulando contribuições da teoria queer à análise de personagens do audiovisual, como Ele, de *As Meninas Superpoderosas*, e vilões como Ursula (*A Pequena Sereia*), Scar (*O Rei Leão*) e Jafar (*Aladdin*). Segundo Judith Butler (1990), “o gênero é a estilização repetida do corpo”. Tal afirmação mostra que, as performances de gênero desviantes têm comportamentos e estéticas bem demarcadas. Quando fala-se de representações no cinema, a percepção de tais signos possibilita a interpretação dos traços de personagens como performances, que evidenciam a construção social do gênero, ao mesmo tempo que os posicionam à margem. Essa dinâmica permite compreender tais codificações como forma de visibilidade parcial, em que a dissidência é sugerida, mas permanece não dita (Sedgwick, 1990). Os efeitos dessas representações são diversos. Um dos principais, como descrito por Jack Halberstam (1995), é a incorporação de “ansiedades culturais sobre diferença e desvio” através de personagens “queer-coded”, especialmente vilões. Atuando como bastiões simbólicos de diferenças percebidas como ameaças, reforçando associações entre dissidências, vilanias e anormalidades. Sob outra perspectiva, à luz da leitura queer de Alexander Doty, se vê outras formas de representações, que sem sentido fixo, podem ser apropriadas por sujeitos dissidentes como formas de identificação. Em produções como *Steven Universo* e *Hora de Aventura*, a codificação, outrora apenas nas camadas sub-textuais, são emergidos a representações mais explícitas. Portanto, conclui-se que a codificação queer constitui uma ambivalência cultural: ao mesmo tempo em que possibilitam formas de reconhecimento subjetivo, também atuam na regulação limitante simbólica das identidades dissidentes, operando entre o apagamento e a produção de reconhecimento.

Palavras-chave: codificação queer; audiovisual; performatividade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALADDIN. Direção: Ron Clements; John Musker. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1992. A PEQUENA SEREIA. Direção: Ron Clements; John Musker. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1989. AS MENINAS SUPERPODEROSAS. Criação: Craig McCracken. Estados Unidos: Cartoon Network, 1998.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. DOTY, Alexander. Making things perfectly queer: interpreting mass culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

EU VI O BRILHO DA TV. Direção: Jane Schoenbrun. Estados Unidos: A24, 2024. HALBERSTAM, Jack. Skin shows: gothic horror and the technology of monsters. Durham: Duke University Press, 1995.

HORA DE AVENTURA. Criação: Pendleton Ward. Estados Unidos: Cartoon Network, 2010.

O REI LEÃO. Direção: Roger Allers; Rob Minkoff. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1994.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the closet. Berkeley: University of California Press, 1990.

STEVEN UNIVERSO. Criação: Rebecca Sugar. Estados Unidos: Cartoon Network, 2013.

A DUPLA INVISIBILIDADE: PESSOAS SURDAS LGBTQIAPN+ E A LUTA POR RECONHECIMENTO, DIREITOS E PROTEÇÃO

*Saulo Maia Pinto
Igor Leoncio da Silva Miranda*

A pesquisa investiga a dupla invisibilidade de surdos LGBTQIAPN+, não acolhidos nem em es paços para pessoas com deficiência (que ignoram sexualidade e gênero) nem em espaços LGBTQIAPN+(organizados por ouvintes sem acessibilidade). Isso gera barreiras a serviços básicos, violação de direitos e isolamento social. Temos como objetivos identificar violências comuns (des-caso em hospitais e delegacias); apontar leis e tratados de proteção; mostrar como a sobreposição de identidades agrava o sofrimento; sugerir políticas públicas inclusivas. Usou-se a abordagem qualita-tiva com análise de documentos da ONU, Federação Mundial de Surdos e relatórios internacionais. Os resultados são exclusão da comunidade surda por preconceito religioso e do movimento ouvinte por barreiras de comunicação. Violências frequentes incluem ausência de intérpretes, omissão de informações sobre saúde sexual, violação de consentimento de surdos trans, esterilização forçada, terapias de conversão, violência policial sem protocolos acessíveis e políticas públicas excluden-tes. Conclui-se é necessário formar intérpretes éticos, produzir materiais em libras, criar canais de denúncia acessíveis, capacitar profissionais, incluir acessibilidade como critério de financiamento e pesquisas interseccionais, vitais para justiça social. O princípio “nada sobre nós, sem nós” deve guiar ações, garantindo dupla visibilidade na comunidade surda, no movimento LGBTQIAPN+ e nas polí-ticas públicas. O primeiro passo é reconhecer que essas pessoas existem e têm muito a ensinar.

Palavras-chave: Surdez; LGBTQIAPN+; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

LARA-GARRIDO, Adrián Salvador; VICENTE MARTÍNEZ, Francisco Javier; ÁLVAREZ BERNARDO, Gloria. La comunidad sorda LGBT: una aproximación interseccional. Comunita nia: Revista internacional de trabajo social y ciencias sociales, Madrid, n. 31, p. 95-120, 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/deve lopment/desa/ disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html> . Acesso em: 13 maio 2026.

VIEIRA, José Francisco Duran. Sou surdo(a), sou LGBTI+ e agora?: relações de poder e as intersec- cionalidades na comunidade surda. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universida de Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br> . Acesso em: 13 maio 2026.

WORLD FEDERATION OF THE DEAF (WFD). WFD Charter on Sign Language Rights for All. Helsinki: WFD, 2023-2024. Acesso em: 13 maio 2026

TERRITÓRIOS, INVISIBILIDADE E PERTENCIMENTO: OS DESAFIOS DO ENVELHECER NA POPULAÇÃO TRANS, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE MILTON SANTOS

*Pábulo da Silva Costa
Dr. Diogo Fagundes pereira*

O envelhecimento constitui um fenômeno multidimensional, profundamente atravessado por fatores sociais, históricos e territoriais que produzem diferentes formas de viver e ocupar os espaços sociais. Apesar dos avanços nos direitos civis, o envelhecimento da população Trans permanece como uma lacuna crítica, marcada por elevados índices de isolamento social, histórico de rejeição familiar e dificuldade de acesso a serviços de saúde sensíveis, intensificando processos de vulnerabilidade emocional, socioeconômica e territorial. A partir da perspectiva de Milton Santos, compreende-se que o território ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se como espaço vivo, relacional e produtor de pertencimento ou exclusão. Neste contexto, o envelhecimento da população trans revela desigualdades sociais no pertencimento e uso do território perpassando por dificuldades de acesso a políticas públicas, redes de cuidados em saúde e reconhecimento social. Este estudo investigou os principais desafios enfrentados por pessoas Trans na senescência e a influência de fatores sociais, culturais, institucionais e territoriais em sua qualidade de vida. O objetivo central foi identificar experiências psicossociais como preconceito, solidão, fragilidade das redes de apoio e estratégias de resistência e compreender seus impactos na saúde mental e na construção da subjetividade durante a velhice Trans. Por meio de revisão integrativa, buscou-se analisar como processos históricos, sociais e culturais moldam condições de vida, mecanismos de discriminação e formas desiguais de inserção territorial. Os resultados indicam que a experiência de envelhecer sendo Trans é atravessada por uma violência multidimensional física, simbólica e institucional que restringe o acesso aos espaços de pertencimento e compromete o exercício pleno da cidadania. A senescência Trans emerge, assim, não como processo exclusivamente biológico, mas como experiência produzida nas relações sociais e territoriais, marcada por estigma, invisibilidade e risco de perda do reconhecimento social. Ainda que essa população desenvolva estratégias de resistência e produção de novos territórios de existência, cuja expectativa de vida é de apenas 35 anos no Brasil, urge a implementação de medidas reparadoras e específicas. Conclui-se que ampliar o acesso à saúde integral, fortalecer redes de cuidado, desenvolver censos específicos, implementar políticas habitacionais e ampliar espaços institucionais de acolhimento constituem medidas fundamentais para garantir que pessoas Trans possam envelhecer com dignidade, pertencimento e reconhecimento territorial.

Palavras-chave: Envelhecimento trans; Vulnerabilidade Social; Saúde Mental, Território.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. O retorno do território. **In:** OSAL: *Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, p. 251–261, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

ARRUDA, Jônathas de Lima *et al.* A transgeneridade em estudos sobre a saúde do idoso: revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 33, p. e2024304, 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. [recurso eletrônico]. Brasil. ANTRA, 2018. 121p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wpcontent/uploads/2018/02/relact3b3rio-mapa-dos-assassinados-2017-antra.pdf>. Acesso em 13 de mai. 2026.

COBO, B. *et al.* Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 11, p. e04092024, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.04092024>. Acesso em: 19 mai. 2026.

NOW OR NEVER



**GT 2 - SAÚDE COLETIVA
DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+**



NOÇÕES SOBRE O APLICATIVO DE RELACIONAMENTO “GRINDR” PARA O TRABALHO DO PSICÓLOGO

*Cleber Michel Ribeiro de Macedo
Michel de Medeiros*

Contextualização do problema: As Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ tem como principal objetivo orientar o profissional da Psicologia no atendimento ético de pessoas não hetero-cis-normativas. Embora o documento não estabeleça a obrigatoriedade de conhecer aplicativos específicos, ele defende a formação continuada pelo Psicólogo para compreender contextos de vida, sociabilidade e vulnerabilidade dessas pessoas (CFP, 2023). Nesse cenário, destaca-se o Grindr, amplamente reconhecido como o aplicativo de relacionamento mais popular e utilizado por homens gays no mundo. Para além do seu recurso de geolocalização, que permite encontros casuais e conversas de maneira rápida, o aplicativo tem revelado impactos negativos na saúde de seus usuários (Rezende et al., 2025). Objetivos: Apresentar noções sobre o aplicativo Grindr para o manejo clínico adequado pelo Psicólogo no atendimento a homens gays; discutir os riscos gerados por essa ferramenta à saúde dos seus usuários; Refletir sobre segurança física e emocional na internet, que têm afetado o bem-estar geral das pessoas. Metodologia: Esse estudo é uma revisão bibliográfica sobre os impactos do Grindr na vida de homens gays, especialmente na saúde mental. Para isso, será adotado o método do estado da arte, considerando o levantamento de artigos relevantes e recentes sobre o tema, publicados nos últimos cinco anos. Resultados: Informar estudantes de Psicologia e Psicólogos sobre o que é o Grindr e o que ele pode representar na vida de homens gays. Conhecê-lo é relevante para o Psicólogo: perceber ciclos de depressão, ansiedade e solidão; gerir expectativa e frustração; identificar comportamentos de risco; analisar a homofobia internalizada; e observar a qualidade dos vínculos do paciente.

Palavras-chave: Grindr; Ética; Psicologia.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para a população LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 13 maio. 2026.

REZENDE, Alessandro Teixeira; DONARD, Véronique; FIGUEIREDO, Camilla Vieira de; MOIZÉIS, Heloísa Bárbara Cunha. Motivações para Uso do Grindr: Estudo Qualitativo com Homens não Heterossexuais. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, RS, v. 16, n. 2, p. 1–21, 2025. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/5073>. Acesso em: 13 maio. 2026.

PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DIANTE DO CRESCIMENTO DE COMPORTAMENTOS SUICIDAS E INCIDÊNCIAS DE AUTOLESÃO NA POPULAÇÃO TRANS JOVEM

*Gisele Cristina Graciana França
Jacqueline Calazans Ferreira
Pábulo Costa
Suzana Alves de Freitas*

Pesquisa realizada na Universidade do Paraná (2024), 120 famílias de crianças e adolescentes com alguma variabilidade de gênero foram entrevistadas. Destas, 50% dos adolescentes já realizaram algum tipo de automutilação, 37,5% pensaram em suicídio e 17% efetivamente tentaram. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018), o Brasil é o oitavo país com maior índice de suicídio no mundo (dados da OMS) e a população LGBTQIAPN+ é comumente excluída por diversos grupos sociais, a começar pela própria família, escola e religiões. A não correspondência a um tipo de comportamento moldado e esperado pela sociedade é causadora de intenso sofrimento mental com possíveis e reais consequências letais. O presente trabalho tem como objetivo discutir os fatores psicossociais relacionados ao crescimento de comportamentos suicidas e incidências de autolesão na população trans jovem. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, realizada a partir da análise de estudos científicos, relatórios institucionais e dados relacionados à saúde mental da população trans jovem. Há muita dificuldade em buscar dados oficiais em órgãos nacionais de pesquisa sobre o tema, a maior parte das informações são divulgadas por associações ou instituições privadas de apoio a esse público. Esta ausência de dados por si só já demonstra a necessidade de pesquisas sobre o tema. Nessa linha, a Universidade Federal do Paraná, em 2026, ressalta que em 2019 a ONU aponta o suicídio como a quarta maior causa de mortes entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo. Ressalta, ainda, que, dentre essas pessoas, a população trans é também fortemente atingida e reforça este argumento com outras pesquisas realizadas que investigam comportamentos de automutilação, ideação suicida e suicídio em adolescentes brasileiros trans ou com variabilidade de gênero. O bullying, a falta de suporte familiar e de saúde pública, a violência social a que estas pessoas são expostas, são fatores que agravam o sofrimento psíquico já existente. E a falta de notificação de dados sobre pessoas que são invisibilizadas e não têm acesso a qualquer rede de cuidado acaba por mascarar uma realidade que ainda é bem mais cruel do que a que é possível enxergar. Conclui-se que a ausência de suporte familiar, social e institucional contribui significativamente para o agravamento do sofrimento psíquico da população trans jovem, evidenciando a necessidade de ampliação de políticas públicas e redes de cuidado.

Palavras-chave: suicídio; autolesão; população trans jovem.

REFERÊNCIAS

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dados sobre suicídio e população LGBT no Brasil. Brasília: ANTRA, 2018.

BONATO, Fernanda et al. Automutilação, ideação suicida e tentativa de suicídio em adolescentes transgêneros brasileiros: um estudo descritivo. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 42, n. 116, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/30794/26563>. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. OMS alerta: Suicídio é a 3ª causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos. Saúde BA, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-caoa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/>. Acesso em: 20 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório mundial de prevenção ao suicídio 2019. Genebra: OMS, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pesquisa investiga sofrimento psíquico entre adolescentes trans. Ciência UFPR, Curitiba, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://ciencia.ufpr.br/portal/pesquisa-investiga-sofrimento-psiquico-entre-adolescentes-trans/>. Acesso em: 20 maio 2026.

NOW OR NEVER



**GT 3 - QUESTÕES
PSICOSSOCIAIS LGBTQIAPN+**



CORPOS EM RESISTÊNCIA: OS IMPACTOS DA CISHETERONORMATIVIDADE NA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA EXPERIMENTADA PELA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

*Júlia Plantz Galhardo
Bruno da Silva Campos
Elissom dos Santos Marinho
Emily Marinho Batista*

A população transexual ocupa, historicamente, um lugar de intensa vulnerabilização social no Brasil, vivenciando diferentes formas de violência atravessadas pela lógica cis-heteronormativa. Embora avanços legais relacionados aos direitos LGBTQIAPN+ tenham ocorrido nas últimas décadas, a criminalização da transfobia no país aconteceu de forma tardia, evidenciando a histórica resistência social, política e institucional em reconhecer direitos e garantir proteção à população trans. Soma-se a isso o lento processo de despatologização das identidades trans no campo médico e psiquiátrico, marcado pela permanência de discursos normativos que contribuíram para a estigmatização e marginalização dessas existências. Nesse cenário, o Brasil segue liderando índices de assassinatos de pessoas trans, revelando a permanência de práticas discriminatórias estruturais que impactam diretamente a saúde mental e a qualidade de vida dessa população. Assim, o presente estudo busca analisar os impactos da cisheteronormatividade na produção e manutenção das violências experimentadas por pessoas transexuais, bem como refletir sobre os efeitos psicoemocionais decorrentes dessas vivências. A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico, sendo desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros, dissertações, documentos técnicos e relatórios produzidos por instituições de referência, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à transexualidade, transfobia, sofrimento psíquico, violência e cisheteronormatividade. Os resultados parciais evidenciam que a cisheteronormatividade atua como um dispositivo regulador que privilegia identidades cisgênero e heterossexuais, legitimando determinadas existências enquanto marginaliza corpos dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Essa estrutura contribui diretamente para processos de exclusão social, evasão escolar, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, precarização das relações sociais e limitação do acesso à saúde, além de sustentar práticas de violência institucional e simbólica direcionadas à população trans. Os estudos analisados apontam ainda elevados índices de sofrimento psíquico, sintomas depressivos, ideação suicida e experiências recorrentes de violência psicológica, física e simbólica entre pessoas trans, demonstrando como a transfobia se constitui enquanto fenômeno estrutural produzido e mantido pelas normas cisheteronormativas vigentes. Observa-se ainda a importância da Psicologia enquanto campo ético-político comprometido com a promoção dos direitos humanos, da escuta qualificada e da despatologização das identidades trans. Conclui-se que discutir cisheteronormatividade, transfobia e violência é fundamental para a construção de práticas mais inclusivas, acolhedoras e comprometidas com a dignidade, legitimidade e proteção das experiências trans na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Transexualidade; Cisheteronormatividade; Sofrimento psíquico.

ESTRESSE DE MINORIAS E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE HOMENS GAYS

*Cleber Michel Ribeiro de Macedo
Michel de Medeiros Coelho*

Problema investigado: Existem estressores específicos que impactam a vida de homens gays. Essa modalidade de estresse, classificada como “estresse de minorias”, envolve uma sobrecarga adicional aos estressores cotidianos, vivenciada por grupos minorizados (Viano, 2025). Tal condição é ampliada nas instituições, que frequentemente naturalizam a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Nesses espaços, a heterossexualidade é estabelecida como norma, reproduzindo preconceitos e opressões. A ausência de dados oficiais sobre esse tipo de violência, também praticada em escolas, igrejas, ambientes de trabalho e no sistema público de saúde, dificulta o cuidado integral, além de limitar a formulação de políticas públicas específicas e necessárias (FBSP, 2025). Dessa forma, homens gays estão frequentemente expostos ao estresse de minorias, condição agravada pela violência institucional e pela inércia do poder público (FBSP, 2025; Viano, 2025). Objetivos: Analisar criticamente o estresse de minorias; discutir a ausência de dados sobre as violências sofridas por pessoas LGBTQIAPN+ no último Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025); e demonstrar que esses fatores, quando associados às instituições, intensificam o sofrimento psíquico de homens gays. Método de análise: O estudo consiste em uma revisão bibliográfica que busca compreender o fenômeno do estresse de minorias e seus efeitos sobre a saúde mental de homens gays, especialmente quando potencializado pela homofobia institucional. Para isso, será empregado o método do estado da arte, que consiste no levantamento de produções científicas relevantes e recentes sobre o tema, publicadas nos últimos cinco anos. Conclusões: Espera-se evidenciar que a violência institucional intensifica o estresse vivenciado por homens gays, que, nesses espaços, encontram-se mais vulneráveis a experiências de vitimização, homofobia internalizada, ocultação da própria identidade e ausência de suporte social.

Palavras-chave: Estresse de minorias; Gay; Violência institucional.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Acesso em: 13 maio 2026.

VIANA, Sanches Max Jesus; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Homens gays em contextos interioranos no Brasil: Revisão crítica a partir do Modelo do Estresse de minorias. *Interação em Psicologia*, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 29, n. 1, 2025. DOI: 10.5380/riep.v29i1.92532. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/92532>. Acesso em: 13 maio. 2026.

COMO AS TDICS INTERFEREM NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

*Hevelin Gonçalves Siqueira
Cleber Michel Ribeiro de Macedo*

De acordo com Gilles Deleuze (1992), em suas reflexões sobre a sociedade de controle, podemos considerar que as TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) ampliaram os mecanismos de vigilância, normatização e regulação dos corpos na contemporaneidade. No entanto, apesar de se parecer com as sociedades disciplinares descritas por Michel Foucault, onde o controle acontecia em instituições fechadas, Deleuze indica que, na sociedade do controle, a vigilância ocorre de maneira contínua e descentralizada, sobretudo através das tecnologias digitais, algoritmos e redes sociais. Nesse sentido, corpos dissidentes, como os da população LGBTQIA+, tornam-se frequentemente expostos a práticas de violência simbólica, discursos de ódio e tentativas de adequação às normas hegemônicas de gênero e sexualidade. O presente resumo tem como objetivo geral investigar de que maneira os discursos de ódio disseminados por meio das TDICs interferem na liberdade de expressão e nos processos de produção de subjetividade da população LGBTQIA+. A metodologia baseia-se no levantamento bibliográfico sobre sociedades do controle e sociedades disciplinares vistas em Foucault (1980) e Deleuze (1992). Visando compreender como as TDICs atuam como mecanismos de vigilância, controle e produção de subjetividades na contemporaneidade com enfoque nos discursos de ódio disseminados a população LGBTQIA+. A partir de uma perspectiva deleuziana, compreende-se que as tecnologias da informação operam por meio de fluxos constantes de informação, monitoramento e modulação dos sujeitos, influenciando modos de existir, expressar-se e relacionar-se socialmente. Deste modo, foram analisados artigos científicos e livros sobre controle dos corpos, subjetividade e discursos de ódio em ambientes digitais que possibilitaram uma reflexão crítica e uma compreensão mais profunda sobre a relevância do tema. Compreende-se que as TDICs, além de proporcionarem um ambiente de visibilidade e interação social para a comunidade LGBTQIA+, também se configuram como espaços propícios à propagação de discursos de ódio e práticas de vigilância por meio de algoritmos. Observou-se, ainda, que as redes, além de operarem como formas de controle, promovem mecanismos de monitoramento, julgamento e normatização dos sujeitos, tornando a comunidade mais vulnerável e exposta a violências verbais e à invalidação de suas identidades, fatores que impactam diretamente os processos de subjetivação e a liberdade de expressão desses indivíduos.

Palavras-chave: Subjetividade; TDICs, LGBTQIA+

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. Conversações. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992. ISBN 8585490047.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 13th ed., vol. 1, Rio De Janeiro (RJ), Graal, 1980.

MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: TDICS E PRODUÇÃO DE IDENTIDADE LGBTQIA+

*Vitória da Silveira da Motta
Vitória Pastorino de Almeida da Silva*

Para definirmos o conceito de masculinidades e feminilidades no mundo contemporâneo é necessário compreendermos gênero e sexualidade não como dados naturais, mas construções sociais, históricas e culturais. De acordo com Louro (2002) as identidades de gênero são produzidas por meio de discursos e práticas sociais que regulam e normatizam comportamentos, corpos e desejos, estabelecendo padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, entretanto, esses padrões vêm sendo tensionados por sujeitos que vivenciam identidades dissidentes, como no contexto da população LGBTQIA+. Nesse sentido, o problema investigado consiste em compreender de que forma essas masculinidades e feminilidades vem sendo construídas e ressignificadas no mundo contemporâneo, considerando o papel das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) nesse processo. Assim, o trabalho tem como objetivo analisar como essas identidades são produzidas, expressas e transformadas nos contextos digitais, levando em conta suas potencialidades e contradições. Diante desse cenário, as TDICs assumem um papel central na produção e circulação dessas novas formas de existir. Conforme discutido no *Jornal de Psicanálise* (2009), os espaços digitais possibilitam a ampliação das formas de expressão subjetiva, permitindo que indivíduos experimentem e afirmem identidades que muitas vezes são marginalizadas nos contextos offline. Desse modo, as TDICs favorecem a criação de redes de apoio, trocas de experiências e construção de pertencimento, fundamentais para pessoas LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, como aponta o estudo de Fuks (2020), o ambiente virtual também reproduz normas sociais e pode ser um espaço de vigilância, controle e violência simbólica, ao modo que discursos de ódio, discriminação e tentativas de reafirmação de padrões normativos de gênero e sexualidade ainda estão presentes, evidenciando que TDICs não são neutras, mas também atravessadas por relações de poder. Dessa forma, como conclusão, observa-se que masculinidades e feminilidades passam por um processo de ressignificação contínua. As experiências LGBTQIA+ tensionam os modelos tradicionais, ampliando as possibilidades de viver o gênero para além de uma lógica binária e fica. As TDICs, ao mesmo tempo em que reproduzem desigualdades, também funcionam como ferramentas de resistência e transformação social, contribuindo para a visibilidade e legitimação de identidades diversas. Assim, compreender as dinâmicas contemporâneas de gênero implica analisar como as tecnologias digitais participam ativamente da construção, disputa e reinvenção das masculinidades e feminilidades, destacando o contexto das vivências LGBTQIA+.

Palavras-chave: Feminilidades; Masculinidades; LGBTQIA+

TRANSIÇÃO DE GÊNERO: DESAFIOS, DIREITOS E CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

*Saulo Maia Pinto
Maria Cristina Pimentel Menezes Lima*

A transição de gênero envolve mudanças sociais, psicológicas, médicas e jurídicas. Este trabalho reuniu estudos sobre os desafios que pessoas trans enfrentam ao buscar sua identidade de gênero, analisando políticas públicas, atendimento de saúde e reconhecimento legal. Foram consultadas bases como SciELO, PePSIC, PubMed e Google Acadêmico, entre 2010 e 2024. No total, 42 documentos foram analisados. Os resultados mostram que, apesar de avanços importantes no Brasil – como a possibilidade de mudar nome e gênero no registro civil sem cirurgia, ainda existem muitas dificuldades no acesso à saúde, na escola, no trabalho e muita violência contra pessoas trans. É fundamental compreender bem a disforia de gênero, um desconforto clinicamente significativo causado pela incongruência entre o sexo designado ao nascer e a identidade de gênero da pessoa. Sem acolhimento adequado, a disforia pode levar a altos índices de ansiedade, depressão e ideação suicida. Portanto, a transição, seja social (nome, vestuário, pronomes), hormonal ou cirúrgica, é um tratamento reconhecido por organizações como a OMS e a Associação Americana de Psiquiatria, reduzindo drasticamente o sofrimento psíquico. Negar esse processo ou patologizar a identidade trans agrava ainda mais a exclusão. Conclui-se que a transição de gênero não é só uma questão pessoal, mas sim um problema social que exige políticas públicas e profissionais preparados para atender com respeito, garantindo autonomia, dignidade e acesso à saúde integral.

Palavras-chave: Transição de gênero; Identidade; Inclusão social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.

Brasília: ANTRA, 2023. BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. BUTLER, Judith. Undoing Gender. New York: Routledge, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.955/2010: Dispõe sobre o processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: CFM, 2010.

SANTOS, Maria C.; SILVA, Ana P. Acesso de pessoas trans ao Sistema Único de Saúde: barreiras e perspectivas. Saúde em Debate, v. 45, n. 130, p. 789-802, 2021

LIGA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO MEIO ACADÊMICO

*Léo Machado Dias
Wesley Ximenes Cardoso
Clévia Fernanda Sies Barboza*

Nos últimos anos, a população LGBTQIA+ tem avançado em suas conquistas por direitos civis, dentre eles o ingresso e permanência no Ensino Superior (ES), no entanto muitos indivíduos ainda carregam trajetórias marcadas por barreiras discriminatórias. Quando observamos a realidade do nosso país, conseguimos perceber que o preconceito ainda é muito presente em nossa sociedade, algo que é refletido dentro das instituições de ES, sejam elas públicas ou privadas. O preconceito se estrutura a partir da sobreposição de um indivíduo sobre o outro. Nesse sentido, a sociedade busca imputar limitações de expressão de gênero, identidade e sexualidade pautados na Cis-hetero-normatividade, invisibilizando e estigmatizando a comunidade LGBTQIA+. O preconceito encontra-se muitas vezes institucionalizado, seja através das barreiras formais, como documentos e formulários que não respeitam o uso do nome social e o respeito a identidade de gênero e ao pronome, que são garantidos pela Resolução CNE/CP nº 1/2018 ou por outras violências realizadas pelo corpo docente e discente que dificultam a inserção e permanência da população LGBTQIA+ no meio acadêmico. Somos seres biopsicossociais, ou seja, somos constituídos para além da biologia, pelas questões emocionais, sociais, culturais, entre outras. Somos influenciados diretamente pelo ambiente em que vivemos e o sentimento de pertencimento a um grupo é fundamental, seja ele macro ou micro. Pertencer a um grupo nos permite ter apoio, segurança e motivação. Questões essas que se fazem muito importantes para a comunidade LGBTQIA+, que tem baixo índice de motivação no que tange o meio acadêmico e, muitas vezes grande insegurança, devido aos ambientes que invisibilizam essa população. Compreendendo a existência do preconceito na sociedade brasileira, o qual é refletido no ES, criou-se a Liga Acadêmica Multidisciplinar de Saúde da População LGBTQIA+ (LAMSPOP), vinculada a uma Instituição de Ensino Superior privada, que possui cursos da saúde como Enfermagem, Medicina, Nutrição, Odontologia, Radiologia e Psicologia, no interior do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de suplementar a formação desses graduandos, promovendo debates e aulas focados na saúde da população LGBTQIA+, além de criar um espaço de acolhimento para esses alunos. Ao criar essa liga, foi possível criar uma comunidade dentro de uma instituição tradicional, amenizando a sensação de desamparo e auxiliando na inserção social desse grupo no ambiente universitário.

Palavras-chave: população LGBTQIA+; ensino superior; liga acadêmica

ESCREVER É EXISTIR: PRODUÇÃO NARRATIVA E ELABORAÇÃO DA SUBJETIVIDADE HOMOAFETIVA EM *NOS JARDINS DO PASSADO*

Douglas da Silva Pereira de Oliveira
Claudia de Lima Ribeiro

A presente pesquisa investiga de que maneira a produção narrativa pode operar como dispositivo de elaboração subjetiva das experiências homoafetivas, tomando como corpus de análise o romance *Nos Jardins do Passado* (Olive, 2025). Ambientada no interior do Rio de Janeiro, no início da década de 1980, a obra retrata a construção do vínculo afetivo entre dois jovens em um contexto marcado pela repressão moral, pelo silenciamento das dissidências sexuais e pelo estigma direcionado à população LGBTQ+, evidenciando os impactos psicossociais produzidos por tais atravessamentos na constituição subjetiva dos personagens. O estudo fundamenta-se nos estudos narrativos e nas discussões sobre subjetividade, sexualidade e estigma social, articulando contribuições de García (2017), Alós (2017), Foster (2017), Louro (1997; 2000) e Foucault (*apud* Weeks, 2000). Parte-se da compreensão de que a sexualidade não constitui uma dimensão puramente natural ou individual, mas é atravessada por discursos sociais, normas e relações de poder que participam da construção das identidades e dos modos de existência. Conforme Louro (2000), a sexualidade articula questões relacionadas à subjetividade e ao controle social dos corpos, enquanto Foucault problematiza a homossexualidade não apenas como prática sexual, mas como experiência subjetiva permeada por valores, afetos e modos de vida. Nesse sentido, busca-se analisar como elementos narrativos - como memória, luto, desejo, silêncio e pertencimento - participam da elaboração emocional e identitária dos personagens. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter interpretativo, desenvolvida a partir da análise narrativa da obra literária. Foram adotados como critérios analíticos a identificação de núcleos temáticos recorrentes relacionados à subjetividade homoafetiva, às manifestações de estigma social e aos processos de elaboração psíquica presentes na narrativa. A investigação concentrou-se especialmente nas interações entre os personagens, nos conflitos subjetivos decorrentes da repressão social e nos modos pelos quais o afeto emerge como possibilidade de reconhecimento e reorganização emocional. Os resultados indicam que o romance evidencia como contextos sociais marcados pela homofobia, pelo silenciamento e pela patologização das dissidências sexuais podem produzir experiências de sofrimento psíquico, insegurança afetiva e fragmentação identitária. Observou-se ainda que a narrativa tensiona discursos heteronormativos ao representar a experiência homoafetiva para além do sofrimento, evidenciando também possibilidades de afeto, pertencimento e resistência subjetiva. A escrita e a rememoração emergem, nesse contexto, como estratégias simbólicas de elaboração emocional e produção de sentido frente às violências normativas. Conclui-se que a narrativa literária pode operar como importante mediadora dos processos de elaboração subjetiva, ampliando as discussões acerca das experiências homoafetivas no campo da Psicologia. Além de problematizar os efeitos dos discursos normativos sobre a constituição psíquica dos sujeitos LGBTQ+, o estudo destaca a literatura como espaço de memória, reconhecimento e resistência, reafirmando sua relevância como objeto de investigação científica e ferramenta de compreensão das experiências subjetivas contemporâneas.

Palavras-chave: subjetividade homoafetiva; narrativa literária; estigma social.

REPRESENTATIVIDADE TRANSGÊNERO NA PUBLICIDADE E A CONSTRUÇÃO DA AUTOESTIMA

*Margarete Ribeiro Tavares
Telma de Amorim Freitas Silva
André Veras da Silva
Maria do Socorro Alves Nunes Actis Pereira
Isadora Marie Jaron
Warlley Batista Trancoso*

Historicamente, a publicidade deixou rastros de uma imagem marginalizada para as identidades trans ao reproduzir estereótipos ou simplesmente ignorar essas existências. As representações presentes nas campanhas refletiam uma sociedade limitada e preconceituosa, na qual gays, lésbicas, trans, bissexuais, travestis etc. eram, quando visibilizadas, retratadas de forma caricata, reduzida ou até mesmo como objeto de ridicularização. A identificação da referida problemática despertou a demanda pela realização de um ensaio amparado pelo desenvolvimento de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico com o objetivo de elucidar questões que relacionem o marketing com a representatividade transgênero e a autoestima desses indivíduos. A responsabilidade compartilhada é uma ferramenta administrativa que ganhou espaço em todo o mercado, incluindo a sociedade em geral (CHIAVENATO, 2014). Nessa lógica, ocorre o despertar uma análise que fortaleça os pilares que sustentam esse público. Com o passar do tempo, a quebra de tabus e o fortalecimento das lutas da população LGBTQ+ com a representação, a diversidade e a orientação sexual ampliaram espaços de fala, visibilidade e reivindicação por direitos. Nesse contexto, a publicidade passou a incorporar essas identidades de forma mais diversa e real. Essa inclusão deixou de ser apenas estética, assumindo também um papel humanizado, social e psicológico relevante (KOTLER, et al, 2024). A presença de narrativas autênticas favorece processos de identificação e validação, ainda que a visibilidade permaneça limitada. Mesmo assim, cabe aqui ressaltar que ainda se trata de uma representação reduzida e que pode ser abarcada como estratégia de atração e sem um compromisso genuíno com a inclusão, especialmente em campanhas pontuais, como durante o mês do orgulho LGBTQ+. A partir da análise realizada, se torna possível identificar movimentos de transformação que podem ser enxergados em campanhas de marketing de marcas como Natura, O Boticário, Avon e L'Oréal Paris, contribuindo para a construção de novas narrativas ao incluir pessoas LGBTQ+ de maneira mais respeitosa e plural. Essas campanhas reconhecem esses indivíduos como sujeitos complexos, com identidades, histórias e afetos próprios, rompendo com representações superficiais e estigmatizadas (FLACH; GUILHERME, 2025). A representatividade positiva gera pertencimento, reduz a invisibilidade e contribui diretamente para o fortalecimento da autoestima, da autoaceitação e da validação identitária. Ao oferecer referências reais, o marketing passa a atuar como ferramenta de enfrentamento ao preconceito internalizado, ainda fortemente presente na sociedade. Esse processo impacta não apenas indivíduos LGBTQ+, mas também amplia a percepção social sobre a diversidade de gênero, favorecendo a construção de uma cultura mais inclusiva (FIA.COM, 2023). Nesse sentido, o presente resumo conclui que a mídia assume uma dimensão fundamental como agente formador de imaginários sociais. Se, por um lado, historicamente reforçou estigmas e exclusões, por outro, tem demonstrado, nos últimos anos, uma inflexão importante ao valorizar a diversidade de forma mais ética e plural. Essa transformação possui relevância psicossocial ao promover reconhecimento, pertencimento e respeito, contribuindo para a redução do preconceito e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Representatividade transgênero; Publicidade; Autoestima

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: O capital humano das organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

FIA.COM (2023). **Representatividade: entenda o que é, importância e como garantir**. Disponível em <https://fia.com.br/blog/representatividade/>. Acesso em 07 de maio de 2026.

FLACH, Natália; GUILHERME, Bianca (2025). **Marca que investem na diversidade ganham clientela leal**. Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/06/27/marcas-que-investem-na-diversidade-ganham-clientela-leal.ghtml>. Acesso em 07 de maio de 2026.

KOTLER, P.; PFOERTSCH, W.; SPONHOLZ, U.; BEDENDO, M. **Marketing H2H: A Jornada Para o Marketing Human To Human**. São Paulo: Benvirá, 2024.

A EVASÃO SILENCIOSA DE TALENTOS LGBT+ NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

*Margarete Ribeiro Tavares
Maurício Alessandro de Paula Ferreira
Ana Maria Eva Inácia da Silva
Dárli Aparecida Mizael Araujo*

Nos últimos anos, as empresas passaram a discutir diversidade e inclusão com maior frequência, especialmente em relação à população LGBT+. Apesar disso, muitas organizações ainda apresentam dificuldades em transformar discursos institucionais em práticas efetivas de acolhimento e pertencimento. Nesse contexto, destaca-se a problemática da evasão silenciosa de talentos LGBT+, fenômeno caracterizado pelo afastamento gradual de profissionais que deixam de se engajar, reduzem sua participação ou optam pelo desligamento devido a ambientes organizacionais excludentes. A partir disso, foi identificada a necessidade do desenvolvimento de um ensaio pautado na aplicação de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico com o objetivo de elucidar questões ocultas relacionadas aos talentos LGBT+. Diferentemente de situações explícitas de discriminação, a evasão silenciosa ocorre de forma sutil e muitas vezes invisível para a gestão. Comentários preconceituosos disfarçados de humor, ausência de representatividade, resistência ao uso do nome social e microagressões cotidianas geram desgaste emocional contínuo. Essas experiências produzem insegurança psicológica e fazem com que muitos profissionais sintam necessidade de esconder aspectos de sua identidade para evitar julgamentos ou constrangimentos. Esse processo de ocultação provoca impactos significativos na saúde mental. Pessoas LGBT+ frequentemente convivem com medo de rejeição, ansiedade e pressão para adequar-se a padrões heteronormativos presentes no ambiente corporativo. O chamado estresse de minoria evidencia como grupos historicamente marginalizados enfrentam sobrecarga emocional decorrente da discriminação e da exclusão social (GASPAR; VIEIRA, 2025). Como consequência, podem surgir sofrimento psíquico, baixa autoestima, isolamento e até burnout. Além dos impactos individuais, a evasão silenciosa também afeta diretamente as organizações. Empresas que não conseguem reter talentos LGBT+ perdem diversidade de perspectivas, criatividade e inovação. Ambientes pouco inclusivos tendem a reduzir o sentimento de pertencimento e enfraquecer relações de confiança entre colaboradores e instituição (FIA.COM, 2023). Nesse cenário, o setor de Recursos Humanos possui papel estratégico. O RH deve promover políticas efetivas de combate à discriminação, criar canais seguros de escuta e investir em ações contínuas de conscientização sobre diversidade sexual e de gênero. Mais do que campanhas institucionais, é necessário desenvolver uma cultura organizacional baseada no respeito e na valorização das diferenças (MACHADO, 2018). A liderança também exerce influência fundamental na construção de ambientes psicologicamente seguros. Gestores preparados para lidar com diversidade contribuem para relações mais saudáveis, fortalecem o acolhimento e reduzem práticas discriminatórias naturalizadas no cotidiano corporativo. Com isso, a potência da responsabilidade compartilhada ganha força estratégica no ambiente organizacional (CHIAVENATO, 2014). Portanto, enfrentar a evasão silenciosa de talentos LGBT+ exige compromisso institucional genuíno. Inclusão não significa apenas contratar profissionais diversos, mas garantir condições reais de permanência, crescimento e reconhecimento. Somente organizações capazes de transformar respeito em prática cotidiana conseguirão construir ambientes mais éticos, humanos e verdadeiramente inclusivos.

Palavras-chave: Evasão; Talentos LGBT+; Ambiente organizacional

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: O capital humano das organizações**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.

FIA.COM (2023). **Representatividade: entenda o que é, importância e como garantir**. Disponível em <https://fia.com.br/blog/representatividade/>. Acesso em 07 de maio de 2026.

GASPAR, Aléxia de Carvalho; VIEIRA, Emanuel Meireles. A teoria do estresse de minorias em um grupo de acolhimento LGBTQIAPN+: Estratégias de enfrentamento e territorialização. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 2025, 36, e1232, 1-14. Disponível em file:///C:/Users/o83483/Downloads/1232-Texto%20do%20artigo%20(enviar%20arquivo)-4704-4949-10-20250301.pdf. Acesso em 07 de maio de 2026.

MACHADO, Ana Paula (2018). **Empresas pedem compromisso de candidatos com inclusão LGBT no trabalho**. Disponível em <https://veja.abril.com.br/economia/empresas-pedem-compromisso-de-candidatos-com-inclusao-lgbt-no-trabalho/>. Acesso em 07 de maio de 2026.

XICA MANICONGO, CORPO TRAVESTI, TRAVESTIDA DE DISSIDÊNCIA: FISSURA, RESISTÊNCIA, REEXISTÊNCIA E COLONIALIDADE DO GÊNERO NO BRASIL COLONIAL

*Diogo Fagundes Pereira
Andrea Menge Silva da Rocha e Reis
Karlos Raphael Machado de Faria*

Xica Manicongo, tida como a primeira travesti do Brasil, nos revela em sua trajetória o quanto foi capaz de criar fissuras na ordem colonial. O problema retrata a imposição do binarismo sexual europeu sobre corpos africanos escravizados, manejados como uma ferramenta de opressão e confinamento, uma forma de controle dos costumes para reconfigurar subjetividades em consonância com a matriz cisheteronormativa. Nesse cenário, a denúncia inquisitorial em face de Xica Manicongo exteriorizou um regime que pune as dissensões. Sua recusa em trajar vestimentas masculinas, bem como sua insistência em modos de ser e existir não alinhados aos ditames eurocentrados, explicita um conflito entre matrizes africanas de organização da vida e o sistema moderno-colonial. Xica e seu corpo dissidente repudiaram a “mesmice” do colonizador importando na desestabilização da gramática colonial do humano. A pesquisa tem como objetivos analisar o julgamento inquisitorial como tecnologia de controle dos corpos e das identidades; discutir a relação entre escravização, racialização e regulação das expressões de gênero; e situar a experiência de Xica como marco histórico de resistência no Brasil. O percurso metodológico é bibliográfico e documental, articulando a leitura de registros históricos com contribuições do feminismo decolonial e das epistemologias amefricanas. Dialoga-se com María Lugones, na compreensão da colonialidade do gênero como eixo constitutivo da modernidade; com Rita Segato, ao evidenciar a consolidação de um patriarcado colonial de alta intensidade; com Oyèrónké Oyěwùmí, em relação ao universalismo do gênero, contrastando a visão ocidental com a lógica de senioridade e linhagem das matrizes africanas; e com Lélia Gonzalez, a partir da noção de Amefricanidade como chave de leitura das experiências subalternizadas. As conclusões indicam que a violência dirigida a Xica Manicongo desempenhou função pedagógica na consolidação de uma ordem colonial fundada na hierarquização racial, sexual e espiritual. Desse modo, o binarismo de gênero foi uma invenção colonial para domesticar subjetividades fluidas, como as identidades kimbandas, reduzindo-as à categoria de “não humano”. A memória de Xica constitui não apenas um marco da resistência e reexistência travesti e negra, mas também um ponto de partida para metodologias críticas comprometidas com corporeidade, ancestralidade e justiça. Sua memória também foi homenageada no samba-enredo “Quem Tem Medo de Xica Manicongo?”, da G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti, evidenciando a permanência de sua força simbólica. Resgatar Xica Manicongo significa deslocar a narrativa oficial da colônia e afirmar genealogias insurgentes fundamentais para a construção de solidariedades decoloniais no presente.

Palavras-chave: Xica Manicongo; Travesti; Colonialidade do gênero.

VIVÊNCIA LGBTQIAPN+ EM TERESÓPOLIS: CARTOGRAFIA PARA (R)EXISTIR NA SERRA

*Renata Volpe Hungerbühler Pessoa
Samara de Oliveira Ferraz*

Introdução: Alarcón (2017) define território não apenas como um espaço físico, mas como um local simbólico (composto por aspectos sociais, culturais e econômicos) e existencial (relacionado ao modo pelo qual esse espaço ganha sentido a partir da história de cada indivíduo). Este território vivo, como define o autor, é capaz de produzir subjetividades e experiências singulares mesmo entre sujeitos que vivem no mesmo lugar. Nesse sentido, a experiência de viver em uma cidade como Teresópolis, situada na região serrana do estado do Rio de Janeiro – e marcada por características conservadoras e religiosas – pode ser significativamente distinta para pessoas LGBTQIAPN+, que historicamente enfrentam marginalização, invisibilidade e, muitas vezes, situações de violência. **Contextualização do problema:** Segundo dados do Atlas da Violência (2025), na última década houve um aumento de mais de mil por cento de casos de violência contra homossexuais, bissexuais, mulheres e homens trans e travestis. Diante desse cenário, é preciso não só compreender como essas violências e exclusões se manifestam em contextos locais (como a cidade de Teresópolis), mas também como essa população constrói redes de apoio, espaços de acolhimento e ressignificam o território em busca de pertencimento e segurança. **Objetivos:** Identificar, a partir da escuta da própria comunidade, quais espaços da cidade são percebidos como acolhedores, bem como apontar dificuldades e potências na vivência LGBTQIAPN+ local. **Atividades desenvolvidas:** Foi construído um formulário online, com perguntas abertas e fechadas, sobre os principais bares da cidade e suas vivências com relação a situações de discriminação e violência. Como produto da pesquisa, foi elaborado um material informativo com o mapeamento de espaços LGBTQIAPN+ friendly, contatos de apoio jurídico e psicológico e canais de denúncia, visando à devolutiva direta para a comunidade. **Resultados:** O formulário teve 47 respondentes, sendo 42% pessoas gays, 34% bissexuais e 17% lésbicas. Destes, 40% disseram se sentir pouco acolhidos na cidade e 63% relataram já ter vivido situações de preconceito em Teresópolis. Por outro lado, os relatos demonstraram que há formação de redes de apoio e resistência, ressignificados pela própria comunidade como territórios seguros. Entre os locais mais citados como acolhedores, destacam-se o Vagalume (66%), Brewzin (53%), Xopin (38%), Bar Azaração, Big Ape e Mad Brew (todos com 29% das respostas). O estudo reafirma a importância de compreender o território como produção social e afetiva, e de fomentar políticas e redes que ampliem os espaços de existência e pertencimento para a população LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Território; LGBTQIAPN+; subjetividade.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Sérgio. Saúde Pública, Saúde Mental e a Lógica Ampliada da Redução de Danos. In: Saúde Mental para atenção básica. Nina Soalheiro (Org.). 2017

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2025. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

TENSÕES ENTRE A CLÍNICA PSICANALÍTICA E A TEORIA QUEER: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Luna Maria da Silva Dias de Freitas

Este trabalho busca analisar como a teoria queer tensiona os pressupostos da clínica psicanalítica, principalmente sobre as concepções de gênero, sexualidade e a escuta do sujeito. A pesquisa parte da compreensão de que a psicanálise, desde seu início, ocupou um lugar central na produção de saberes acerca da sexualidade e da constituição subjetiva, contribuindo, em determinados contextos históricos, para a construção de discursos normativos sobre gênero e desejo. Na contramão, a teoria queer, influenciada pelos estudos feministas, pelos movimentos LGBTQIAPN+ e pelo pós-estruturalismo francês, problematiza a naturalização das identidades e compreende gênero e sexualidade enquanto construções históricas, sociais e discursivas. Nesse contexto, o estudo procura identificar os principais pontos de tensão entre esses dois campos teóricos, analisando de que maneira determinados conceitos psicanalíticos podem reforçar leituras binárias e cisheteronormativas da experiência humana, bem como investigar possibilidades de articulação entre teoria queer e psicanálise na clínica contemporânea. Este trabalho utiliza de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, realizada a partir da leitura crítica de autores da teoria queer, como Judith Butler, Paul B. Preciado, Michel Foucault e Eve Kosofsky Sedgwick, em diálogo com autores da tradição psicanalítica. O levantamento bibliográfico será realizado nas bases de dados *Scielo*, *Pepsic* e *Lilacs*, utilizando os descritores “teoria queer” e “psicanálise”. Como conclusões preliminares, observa-se que a teoria queer opera como uma ferramenta teórico crítica aos pressupostos normativos presentes em determinadas leituras da psicanálise, especialmente no que se refere à diferença sexual e à patologização das experiências dissidentes de gênero e sexualidade. Entretanto, também é possível identificar pontos de aproximação e articulação entre esses campos, sobretudo a partir do afastamento de concepções biologizantes da sexualidade e do reconhecimento da singularidade do desejo e da subjetividade. Dessa forma, conclui-se preliminarmente que o diálogo entre teoria queer e psicanálise pode contribuir para a construção de uma prática clínica menos normativa, mais ética e comprometida com a escuta das múltiplas formas de existência e subjetivação contemporâneas.

Palavras-chave: teoria queer; psicanálise; gênero.

VIVÊNCIA DE DATAS COMEMORATIVAS (COMO O NATAL) EM PESSOAS LGBTQIA+ NÃO ACEITAS PELA FAMÍLIA

Rafaella Gaudencio da Silva Botelho

O ser humano tem uma tendência natural a valorizar celebrações, como feriados e aniversários, pois esses momentos quebram a rotina e atribuem significado ao tempo, funcionando como marcos que organizam a memória e fortalecem vínculos afetivos. Celebrar permite reconhecer conquistas, relembrar histórias e compartilhar emoções, enquanto datas como o Natal costumam reforçar um senso de pertencimento coletivo; no entanto, essa experiência não é vivenciada de forma igual por todas as pessoas. Para uma parcela significativa da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente aquelas que não são aceitas pela família, esses momentos podem representar sofrimento, exclusão e solidão. Este trabalho propõe um olhar psicossocial sobre essas vivências, tomando como referência o projeto “Feliz Natal, Mona”, realizado em Araraquara (SP), que organiza uma ceia para pessoas LGBTQIAPN+ rejeitadas ou sem um espaço de acolhimento nessas datas. A iniciativa evidencia o contraste entre o imaginário social de celebração e união e a realidade de indivíduos que não se encaixam em padrões heteronormativos e cisgêneros. O estudo busca compreender os impactos da exclusão, tanto total quanto parcial, como a negação de identidades, o desrespeito a pronomes ou a invalidação de relações afetivas, mostrando que ambas podem gerar consequências psicológicas profundas, como baixa autoestima, prejuízos na autoimagem, ansiedade e depressão, além de sentimentos de desamparo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso, utilizando contribuições teóricas da Psicologia social e dos estudos sobre diversidade sexual, especialmente a partir do modelo de estresse de minoria (Meyer, 2003) e das discussões sobre aceitação e rejeição familiar (Ryan et al., 2009), buscando compreender os impactos da exclusão na saúde mental da população LGBTQIA+. Como conclusões preliminares, observa-se que essas experiências influenciam diretamente a forma como essas pessoas vivenciam datas comemorativas ao longo da vida, podendo ressignificá-las tanto de maneira positiva quanto negativa.

Palavras-chave: população LGBTQIA+; rejeição familiar; datas comemorativas.

USO DE PSICOTRÓPICOS ENTRE USUÁRIOS LGBTQIAPN+ DO SPA DO UNIFESO: UM RECORTE DOCUMENTAL

*Suzana Alves de Freitas
Camille Lippi
Mirelli Aparecida Neves Zimbrão
Georgia Rosa Lobato
Bruno da Silva Campos
Heverton de Souza Muniz*

Este resumo apresenta um recorte de uma pesquisa maior, que analisa o perfil dos usuários do Serviço de Psicologia Aplicada do UNIFESO. O presente estudo visa aprofundar a compreensão acerca da relação entre o uso de medicação psicotrópica e a população LGBTQIAPN+ atendida nesse serviço. Trata-se de uma pesquisa documental embasada por revisão bibliográfica, sendo, portanto, uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Dentre os principais resultados observou-se que as causas de sofrimento trazidas pelos pacientes do SPA perpassam por culpa, crise de ansiedade e pânico, depressão, relações familiares conturbadas e ideação suicida. A maioria (16 dos 20 usuários) também já sofreu algum tipo de violência, física ou psicológica, sendo algumas de natureza sexual. O uso de medicamentos mencionados já na entrevista de triagem por metade desse público denota que alguma intervenção psiquiátrica já vinha sendo feita antes do tratamento psicoterápico e reafirma os dados acima. Levantamento de dados feito entre os pacientes do SPA constatou que apenas cerca de 3,5% (aproximadamente 20 pessoas) dos usuários declararam ter orientação sexual e identidade de gênero diversa da cisheterossexualidade. Porém, o dado que chama atenção para além desse público tão pequeno que procura o serviço de atendimento psicológico, é o uso de substâncias psicotrópicas por metade dessas pessoas. Em pesquisa realizada por Francisco et al. (2020), esta população está mais sujeita a sintomas como tristeza, baixa-autoestima e ansiedade, podendo evoluir para pensamentos e atos suicidas. Segundo a mesma pesquisa, o transtorno de ansiedade generalizada também é comum; e, embora reconheça a existência e avanço de políticas públicas voltadas ao acolhimento e acompanhamento a este grupo, ainda não é suficiente.

Palavras-chave: Serviço de Psicologia, População LGBTQIAPN+; Medicalização.

REFERÊNCIA

FRANCISCO, L. C. F. de L.; BARROS, A. C.; PACHECO, M. da S.; NARDI, A. E.; ALVES, V. de M. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Jornal Brasileiro De Psiquiatria*, v. 69, n. 1, p. 48–56, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000255>

O DIREITO DE EXISTIR E DIZER SUA PALAVRA: CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS PARA O ACOLHIMENTO DA JUVENTUDE LGBTQIAPN+ NO CONTEXTO ESCOLAR

Melise Couto Bum de Oliveira

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das contribuições de Paulo Freire para a compreensão do acolhimento da juventude LGBTQIAPN+ no contexto escolar, tomando como referência a obra *Pedagogia do Oprimido*. Parte-se da compreensão de que a escola, embora possa constituir-se enquanto espaço de proteção, diálogo e construção da autonomia, ainda reproduz práticas de silenciamento, exclusão e violências simbólicas direcionadas às dissidências de gênero e sexualidade. Nesse cenário, jovens LGBTQIAPN+ frequentemente vivenciam situações de preconceito, invisibilização e sofrimento psíquico, impactando diretamente sua saúde mental, pertencimento social e permanência escolar. A partir de revisão bibliográfica e reflexão teórico-prática fundamentada na Psicologia Escolar e na pedagogia freireana, busca-se discutir como conceitos como conscientização, diálogo, humanização e o “direito de dizer sua palavra” podem contribuir para a construção de práticas escolares mais acolhedoras e inclusivas. Freire compreende a educação enquanto prática de liberdade, defendendo a superação de relações opressoras por meio da escuta, do reconhecimento do outro e da construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, pensar a juventude LGBTQIAPN+ a partir de uma perspectiva freireana implica reconhecer esses sujeitos como protagonistas de suas histórias e portadores de saberes, experiências e modos legítimos de existir. Conclui-se que o fortalecimento de práticas dialógicas e de acolhimento no ambiente escolar pode favorecer processos de pertencimento, autonomia e promoção de saúde mental entre jovens LGBTQIAPN+, além de contribuir para o enfrentamento das violências estruturais ainda presentes no cotidiano educacional.

Palavras-chave: Juventude LGBTQIAPN+; Paulo Freire; Psicologia Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. Brasília, DF: CFP, 2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Paulo Freire FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ENTRE PSICOLOGIAS E SUBJETIVIDADES

Profa. Renata Tavares da Silva Guimarães, docente
Adriana de Barros Lopes
Patrícia Duarte Peres, discentes

A Psicologia possui múltiplas formas de compreender o humano, sendo o seu objeto de estudo a subjetividade – um processo biopsicossocial, vivenciado de forma particular, culminando em uma experiência única de existência. (BOCK, 2018). Tem-se em PsicologiaS e SubjetividadeS uma expressão de nuances, não somente na percepção do mundo, mas da vivência no mundo. Contudo, hoje, a imprensa nacional aborda um debate, judicializado, sobre a validade da Resolução nº 07/2023 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que trata da laicidade dos serviços psicológicos, proibindo terapias conhecidas como “cura gay”. (GLOBO, 2026, online; BRASIL, 2026, online). Objetiva-se ampliar a compreensão dos desafios vividos cotidianamente pela população LGBTQIA+, que enfrenta estigmatização e preconceito, gerando sofrimento e impactando na saúde mental. Buscou-se fundamentação nas diretivas do CFP voltadas para a orientação de profissionais psicólogos ao atendimento deste público, considerando-se, ainda, a exclusão da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças – CID (ABDALA, 2025, online). Visando reflexões, cita-se caso de cassação de registro profissional de uma psicóloga devido ao uso de terapias para “cura gay” (GALVÃO, 2022, online). Nota-se que o CFP, órgão balizador e norteador da Psicologia em âmbito nacional, estabelece, desde 1999, que a atuação dos psicólogos com a população LGBTQIA+ seja efetuada considerando a ética e o respeito, consolidada na ciência e pautada em responsabilidade técnica-social. Vislumbra-se um atendimento profissional que potencialize a saúde mental, combatendo a discriminação, princípios que integram o código de ética da profissão.

Palavras-chave: LGBTQIA+; psicologia; subjetividade

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. Há 35 anos, OMS deixava de considerar homossexualidade uma doença. Agência Brasil, maio de 2025. Em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/ha-35-anos-oms-deixava-de-considerar-homossexualidade-uma-doenca>. Acesso em 10 de maio de 2026.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal (STF). Confira os destaques do Plenário Virtual. Março de 2026. Em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/confira-os-destaques-do-plenario-virtual-9/>. Acesso em 17 de maio de 2026.

Fachin leva ao plenário físico do STF julgamento sobre proibição de ‘cura gay’ na psicologia. O Globo, abril de 2026. Em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/04/14/fachin-leva-ao-plenario-fisico-do-stf-julgamento-sobre-proibicao-de-cura-gay-na-psicologia.ghtml>. Acesso em 10 de maio de 2026.

GALVÃO, Walder. *Psicóloga que oferecia ‘cura’ para gays tem registro cassado no DF e fica impedida de exercer profissão. G1-DF*. Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/18/psicologica-que-oferecia-cura-para-gays-tem-registro-cassado-no-df-e-fica-impedida-de-exercer-profissao.ghtml>. Acesso em 10 de maio de 2026.

QUEM ACESSA O CUIDADO? UM ESTUDO SOBRE USUÁRIOS LGBTQIAPN+ EM CLÍNICA- ESCOLA DE PSICOLOGIA

*Leda Marina Borgese d'Aguila
Isabela Fernandes Santiago
Mirelli Aparecida Neves Zimbrão
Bruno da Silva Campos
Geórgia Rosa Lobato
Heverton de Souza Muniz*

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa maior que busca analisar o perfil sociodemográfico dos usuários do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do UNIFESO. A discussão volta-se para a compreensão da relação estabelecida entre pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ com o serviço do SPA, com o objetivo de analisar o perfil desses usuários, bem como a incidência de possíveis fatores estressantes que atravessam essas vivências. Costa e Hennington (2023) denunciam que “homossexualidade e orientações sexuais e as identidades ou expressões de gênero não heteronormativas costumam ser estigmatizadas, o que leva muitas pessoas a sofrer violências e entrar em sofrimento mental”, portanto, problematiza-se, neste trabalho, o baixo quantitativo de usuários que declararam orientação sexual ou identidade de gênero distinta da cis-heterossexual, destacando a importância do cuidado integral no que concerne à saúde psíquica da população LGBTQIAPN+. Metodologicamente, o estudo se configura como uma pesquisa de análise documental, de natureza quantitativa, a partir da análise de aspectos sociodemográficos como: religião, renda, escolaridade e idade de pessoas que fazem uso do serviço. Os dados foram trabalhados por meio de análise estatística e discutidos criticamente a partir de contribuições de artigos sobre o tema recuperados em bases de dados como SCIELO e PUBMED. Foram incluídas publicações que guardam relação com o tema e objetivo da pesquisa acerca dos entraves estabelecidos socialmente que obliteram essa comunidade a acessar – ou mesmo buscar – o cuidado com a saúde mental. Dentre os resultados, notou-se que as pessoas que indicaram orientações sexuais ou identidades de gênero distintas da cis-heterossexual representam um baixo índice dos usuários gerais do serviço. A partir disso, questiona-se a respeito dos motivos pelos quais indivíduos pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+ que residem em Teresópolis não têm buscado atendimento no serviço. Espera-se que os resultados possibilitem uma maior compreensão do perfil e demandas deste público, a fim de indicar e embasar futuras melhorias no serviço, tais como ampliação da divulgação dos atendimentos no SPA e o compromisso da instituição com os princípios éticos e de cuidado.

Palavras-chaves: atendimento clínico; LGBTQIAPN+; Serviço escola de psicologia.

REFERÊNCIAS

COSTA, L.F.; HENNINGTON, E.A. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Resende, Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, v. 47, n. spe1, 1 jan. 2023.

NARRATIVAS DO ENVELHECER LGBTQIAPN+ NO INSTAGRAM: O DESAFIO DE SER QUEM SE É

*Bruno Leonardo da Cruz Freitas
Bruno da Silva Campos*

Pessoas LGBTQIAPN+ são afetadas por violências que atingem diversas dimensões de sua existência, em uma realidade sustentada estruturalmente por um processo de colonialidade econômica, cultural, epistêmica e subjetiva sobre territórios e corpos. Tal processo ocorre, via de regra, pelas costas dos sujeitos, como se fosse natural ou uma tradição, contribuindo para a manutenção de um padrão de existência masculinizado, embranquecido, heterossexual e eurocentrado, que invisibiliza os corpos dissidentes. Esse panorama complexifica-se à medida que o envelhecimento se insere na dinâmica. O envelhecimento populacional, por sua vez, é um fenômeno global que tem suscitado o interesse em diversas áreas de conhecimento, entre elas a psicologia. Embora não deva ser compreendido como sinônimo de incapacidade ou de ausência de vivências sociais e sexuais, o envelhecer ainda é frequentemente associado a perdas e declínios, sob uma ótica preconceituosa. Para pessoas LGBTQIAPN+, essa realidade é duplamente desafiadora, pois, além de lidarem com os impactos da LGBTfobia estrutural, esses sujeitos são expostos ao idadismo. Essa dinâmica se presentifica também no universo das redes sociais, que não é neutro, mas configura-se como um território dicotômico, no qual se observam, de um lado, relatos de discriminação e preconceito e, de outro, a emergência de estratégias de ressignificação de discursos, conexão e fortalecimento comunitário. Diante desse cenário, o presente resumo, derivado do projeto de iniciação científica “Narrativas do Envelhecer LGBTQIAPN+: Identidade, memória e interações na Contemporaneidade Digital”, pretende analisar como essa realidade se manifesta no Instagram. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que adota como metodologia a netnografia, técnica que adapta a etnografia para a compreensão das dinâmicas sociais em contextos digitais. Neste sentido, o estudo envolve o levantamento de postagens, vídeos e interações relacionadas tema, seguido da aplicação da análise de conteúdo temático, a fim de identificar padrões de discurso e representações sociais acerca do envelhecer no contexto investigado. Espera-se que o estudo, contribua para a construção do conhecimento acerca do envelhecer LGBTQIAPN+ no Instagram, mapeando manifestações de preconceito e violência, bem como as estratégias de enfrentamento e resistência. Os resultados preliminares indicam que o Instagram se apresenta como relevante plataforma de disseminação de informações, de resistência e conexão, podendo auxiliar na conscientização acerca da temática. Espera-se, ainda, que os resultados futuros contribuam para a produção de conhecimento nas áreas de gerontologia social e dos estudos de gênero e sexualidade, além de subsidiar a construção de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: Discriminação; envelhecimento; idadismo; Instagram; LGBTQIAPN+.

O ARMÁRIO DAS IDENTIFICAÇÕES E O DESEJO ALÉM DA NORMA

Jefferson Ribeiro de Araujo

O presente trabalho consiste em uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico-explicativo que propõe um diálogo entre a psicanálise e a teoria foucaultiana da sexualidade, a partir das obras *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), de Sigmund Freud, e *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976), de Michel Foucault. O estudo analisa a repressão das sexualidades como produtora de objetos culturais identificatórios que orientam os investimentos pulsionais dos sujeitos, considerando que os discursos sociais ainda se estruturam a partir da naturalização da heterossexualidade como modelo normativo de compreensão da sexualidade. Tal lógica contribui para a marginalização de corpos dissidentes e para a internalização de formas de regulação subjetiva. Na perspectiva psicanalítica, o Eu constitui-se por meio das identificações produzidas nas relações sociais e culturais, enquanto o Supereu internaliza as exigências normativas da cultura, promovendo o recalçamento das pulsões sexuais. Como as pulsões não possuem objetos fixos de satisfação, seus destinos são atravessados pelos processos identificatórios e pelos discursos morais dominantes. Nesse sentido, as representações normativas da sexualidade limitam os investimentos da libido e produzem efeitos subjetivos associados à experiência social do “armário” vivida por pessoas LGBTQIAPN+. Desse modo, o armário não deve ser compreendido apenas como efeito da repressão sexual, mas como uma estrutura identificatória sustentada pelos discursos de normalização. Ele opera como um mecanismo cultural de regulação das sexualidades, por meio da identificação dos sujeitos com representações sociais repressivas.

Palavras-chave: sexualidade; repressão; psicanálise.

NARRATIVAS DO ENVELHECER LGBTQIAPN+ NA CONTEMPORANEIDADE DIGITAL: DADOS PRELIMINARES DO REDDIT

*Maria Clara Bessa Ribeiro
Bruno da Silva Campos*

Integrando parte do Projeto de Iniciação Científica e Pesquisa “Narrativas do Envelhecer LGBTQIAPN+: Identidade, memória e interações na Contemporaneidade Digital”, que se propõe a analisar as narrativas de envelhecimento da população LGBTQIAPN+ compartilhadas em redes sociais, o presente resumo dá enfoque ao Reddit, uma plataforma digital estilo fórum onde os usuários compartilham conteúdo e participam de discussões públicas e anônimas em subcomunidades temáticas (subreddits). O objetivo é entender como essa rede social discute a temática da velhice LGBTQIAPN+, analisando as principais narrativas que surgem em publicações à respeito do tema. Preliminarmente, foi escolhido o subreddit r/arco_iris, que, com cerca de 33 mil membros e 2,8 mil contribuições semanais, é a maior subcomunidade LGBTQIAPN+ do Reddit no Brasil. Utilizou-se o método netnográfico, adaptado da etnografia tradicional para contextos digitais através da observação e análise de interações, práticas e narrativas em comunidades online. Através do método, foram encontradas um conjunto de 11 postagens centrais e 19 comentários considerados relevantes para a temática. As publicações encontradas abrangem um período de aproximadamente quatro anos, sendo a mais antiga encontrada em 2022 e a mais recente em 2026, considerando que o r/arco_iris foi criado em 2018. Os temas mais frequentes identificados nos achados foram: relações intergeracionais e diferença de idade (presentes em 6 postagens); etarismo e medo de envelhecer (5 postagens); narrativas positivas sobre envelhecimento, amadurecimento e late bloomers (4); solidão, afastamento familiar e saída tardia do armário (3); questões relacionadas à saúde e declínio corporal (2); e referências históricas à epidemia de HIV/AIDS e seus impactos sobre gerações LGBTQIAPN+ mais velhas (2). As categorias frequentemente aparecem sobrepostas, sendo interdependentes entre si. Observou-se que todas as discussões encontradas no subreddit se concentram majoritariamente em experiências de homens gays e bissexuais, não tendo sido identificados relatos significativos de outras identidades que compõem a sigla LGBTQIAPN+; além disso, percebeu-se que a noção de “envelhecimento” dentro dessas discussões frequentemente se inicia já a partir dos 30 anos de idade, considerados por muitos usuários como um marco de “velhice” no contexto comunitário, o que também dificultou a localização de debates efetivamente voltados à meia-idade e à terceira idade LGBTQIAPN+. Já as discussões sobre diferença de idade alternam entre experiências de acolhimento, maturidade e apoio emocional, e relatos de objetificação, desigualdade de poder e exploração. Os achados evidenciam que o etarismo aparece como prática social ampla reproduzida dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo nos espaços digitais e aplicativos de relacionamento. Ao mesmo tempo, surgem narrativas positivas sobre envelhecimento, marcadas por amadurecimento afetivo, maior autoconfiança e ressignificação da própria trajetória, especialmente entre indivíduos que vivenciaram repressão, saída tardia do armário e os impactos históricos da epidemia de HIV/AIDS.

Palavras-chave: velhice LGBTQIAPN+; etarismo; Reddit.

MINI CURRÍCULO DOS AUTORES

ADRIANA DE BARROS LOPES

Curso de Graduação em Psicologia, Unifeso.

Ana Maria Eva Inácia da Silva - Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

ANDRÉ VERAS DA SILVA

Docente dos cursos de Administração, Ciências contábeis, Gestão de Recursos Humanos e Marketing do UNIFESO. Bacharel em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração. Mestre em Economia empresarial e Doutro em Psicanálise, saúde e sociedade.

ANDREA MENGE SILVA DA ROCHA E REIS

Discente do 8º período do curso de Psicologia, UNIFESO.

BRUNO DA SILVA CAMPOS

Psicólogo. Coordenador do Curso de Psicologia no UNIFESO, Professor e orientador no curso de Psicologia do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UNILASALLE-RJ). Atua nas áreas de Psicologia Social, gênero, diversidade e direitos humanos.

BRUNO LEONARDO DA CRUZ FREITAS

Graduando em Psicologia. Tem interesse nas interseções entre saúde mental e desenvolvimento humano.

CAMILLE LIPPI

Estudante de Psicologia, UNIFESO

CLAUDIA DE LIMA RIBEIRO

Psicóloga Clínica e Escolar (CRP 05/19515), Mestre em Inclusão e Diversidade (UFF), Pós-Graduação em Direitos Humanos e Populações Vulnerabilizadas (CENAT). Docente dos cursos de Graduação em Medicina e Psicologia no UNIFESO.

CLEBER MICHEL RIBEIRO DE MACEDO

clebermacedo@unifeso.edu.br Docente, Psicologia, UNIFESO

CLÉVIA FERNANDA SIES BARBOZA

Doutora em Ensino em Biociências e Saúde (EBS), Instituto Oswaldo Cruz - IOC - Fiocruz. Mestre em Diversidade e Inclusão (CMPDI) pela Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói - RJ, docente da UNIFASE e professora orientadora da LAMPOP+.

DANIEL SOARES SARAIVA DE CASTRO MATTOS

Acadêmico em Psicologia Unifeso. danielsscmattos@gmail.com

DÁRLI APARECIDA MIZAE ARAUJO

Discente do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

DAVY PEREIRA BORGES

Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Pesquisador em Direitos Humanos com produção voltada para a análise psicossocial e garantias fundamentais. Integrante de grupos de pesquisa com foco em transformações sociais e justiça.

DIOGO FAGUNDES PEREIRA

Doutor, professor e psicólogo (CRP 05/50.918), UNIFESO.

DOUGLAS DA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA

Professor, Escritor, Administrador (CRA 20-104554), especialista em Gestão Escolar, Coordenador de Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Tecnologia de Guapimirim. Estudante de Psicologia no UNIFESO.

ELISSOM DOS SANTOS MARINHO

Graduando em Psicologia pelo UNIFESO.

EMILY MARINHO BATISTA

Graduanda em Psicologia pelo UNIFESO.

GEÓRGIA ROSA LOBATO

Professora de Psicologia, UNIFESO.

GISELE CRISTINA GRACIANA FRANÇA

Estudante de Psicologia, UNIFESO.

GUSTTAVO DA CRUZ PINHEIRO

Discente do curso de Direito no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Pesquisador em Direitos Humanos com produção voltada para a análise de direitos civis e garantias fundamentais. Integrante de grupos de pesquisa com foco em transformações sociais e justiça.

HEVELIN GONÇALVES SIQUEIRA

hevelinsq@gmail.com, discente, Psicologia, UNIFESO.

HEVERTON DE SOUZA MUNIZ

Professor de Psicologia, UNIFESO.

IGOR LEONCIO DA SILVA MIRANDA

Bacharel de Direito na Estácio de Sá, Formação em Língua Inglesa no CCAA, cursando Psicologia na UNIFESO.

ISABELA FERNANDES SANTIAGO

Estudante de Psicologia, UNIFESO.

ISADORA MARIE JARON

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo com MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Sociais. Discente do curso de Tecnologia em Marketing do UNIFESO.

JACQUELINE CALAZANS FERREIRA

Estudante de Psicologia, UNIFESO.

JEFFERSON RIBEIRO DE ARAUJO

Estudante do 9º período do curso de Psicologia do UNIFESO.

JÚLIA PLANTZ GALHARDO

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UNILASALLE-RJ).

KAIRU SUET

Graduando em Cinema e Audiovisual. Vejo, ouço e conto as histórias das minhas áreas.

KARLOS RAPHAEL MACHADO DE FARIA

Discente do 8º período do curso de Psicologia, UNIFESO.

Leda Marina Borgese d'Aguila

Estudante de Psicologia, UNIFESO.

LÉO MACHADO DIAS

Graduando em Psicologia, pelo Centro Universitário Arthur Sa Earp Neto - UNIFASE e presidente da LAMPOP+.

LEONARDO ROCHA LUPI

Jornalista (UFRJ), pós-graduando em Política e Sociedade (IESP-UERJ/AGCRJ). Ex- subsecretário na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. leonardo.rocha.lupi@gmail.com

LUNA MARIA DA SILVA DIAS DE FREITAS

Estudante de psicologia no Unifeso, cursando o 8º período com interesse em pesquisas sobre a saúde da população LGBTQIAPN+, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0169262599527364>

MARGARETE RIBEIRO TAVARES

Docente e coordenadora dos cursos de Marketing, Gestão de Recursos Humanos e Administração do UNIFESO. Bacharel em Marketing, Administração e Ciências Econômicas. Mestre em Administração e desenvolvimento empresarial e Doutora em psicossociologia de comunidades e ecologia social.

MARIA CLARA BESSA RIBEIRO

Graduanda do 9º período de Psicologia no Unifeso, pesquisadora bolsista do Projeto de Iniciação Científica e Pesquisa “Narrativas do Envelhecer LGBTQIAPN+: Identidade, memória e interações na Contemporaneidade Digital”.

MARIA CRISTINA PIMENTEL MENEZES LIMA

Discente. Curso de Psicologia. UNIFESO. silvinhamenezes242@gmail.com

MARIA DO SOCORRO ALVES NUNES ACTIS PEREIRA

Docente dos cursos de Administração, Marketing e Gestão de Recursos Humanos do UNIFESO. Graduada em Engenharia eletrônica, Engenharia de Telecomunicações e em Administração. Mestre em Sistemas e computação e Doutora em Engenharia de produção.

MATEUS NETO DOS REIS

Psicólogo (UFRJ), mestre em Psicologia (UFF) e doutorando em Psicologia (UFRJ). Professor Assistente na Unifeso. mateusdosreis@unifeso.edu.br

MAURÍCIO ALESSANDRO DE PAULA FERREIRA

Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no UNIFESO. Bacharel em Ciências Contábeis e Mestre em Administração.

MICHEL DE MEDEIROS COELHO

michelcoelho@me.com, Discente, Psicologia, UNIFESO.

MIRELLI APARECIDA NEVES ZIMBRÃO

Professora de Psicologia, UNIFESO.

PÁBULO DA SILVA COSTA

Mat.06002583 - Graduando em Psicologia na UNIFESO.

PATRÍCIA DUARTE PERES, DISCENTES

Curso de Graduação em Psicologia, UNIFESO.

QUEILA FERIANO GERALDO DA CRUZ

Discente do curso de Direito no Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Pesquisadora em Direitos Humanos com produção voltada para a análise de direitos civis e garantias fundamentais. Integrante de grupos de pesquisa com foco em transformações sociais e justiça.

RAFAELLA GAUDENCIO DA SILVA BOTELHO

Graduanda em Psicologia. Interesse em estudos sobre diversidade, relações familiares e população LGBTQIA+.

RENATA TAVARES DA SILVA GUIMARÃES

Docente, Curso de Graduação em Psicologia, UNIFESO.

RENATA VOLPE HUNGERBÜHLER PESSÔA

renata.vhp@gmail.com, discente em Psicologia do UNIFESO.

SAMARA DE OLIVEIRA FERRA

samaraoferraz@outlook.com, discente em Psicologia do UNIFESO.

SAULO MAIA PINTO

Professor de Geografia, segunda graduação em Artes Visuais pela UNICV, Pós graduação em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Faculdade ÚNICA, cursando Psicologia na UNIFESO.

SUZANA ALVES DE FREITAS

Estudante de Psicologia, UNIFESO.

TELMA DE AMORIM FREITAS SILVA

Docente e coordenadora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO. Bacharel em Ciências Contábeis e Mestre em Economia empresarial.

VICTORIA G. S. B. PRADERA

Mulher lésbica, parda e graduanda em Psicologia. Estuda os atravessamentos entre gênero, sexualidade e saúde mental de lésbicas.

VITÓRIA PASTORINO DE ALMEIDA DA SILVA

Discente de Psicologia da UNIFESO, cursando o 5º período.

WARLEY BATISTA TRANCOSO

Discente do curso de Tecnologia em Marketing do UNIFESO.

WESLEY XIMENES CARDOSO

Enfermeiro formado pelo Centro Universitário Arthur Sa Earp Neto - UNIFASE, fundador e professor da LAMPOP+